



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 02

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
15 de Fevereiro de 2020



Assembleia Municipal

ACTA N.º 2

-----Aos quinze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Sara Rita Rodrigues Pedroso e Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----Ricardo João Barata Pereira Alves, Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, Rogério Gonçalves Pereira, em substituição de António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, Sara Rita Rodrigues Pedroso, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Arlindo Gouveia Lopes, em substituição de Mário Pereira Gonçalves, Joana Rita Ribeiro de Oliveira Gomes, Elisabete Simões Oliveira, Daniel Ricardo Simões Gonçalves, Luis da Silva Moreira Gomes, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino, em substituição de Tamára Alexandre Brandão Simão, André Rodrigues Vicente, Miguel Mateus Teixeira, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, José Manuel Fidalgo Nogueira; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes da Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Secretário da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Luis Gouveia e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral.-----

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Mário Pereira Gonçalves, Tamára



Assembleia Municipal

Alexandre Brandão Simão, António Gonçalves Cardoso e Mário Rui Adrião Gonçalves.-----

-----Estas justificações dão-se por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, acompanhado pela restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Rui Silva, Fernando Vale e Tyoga Macdonald.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** passando a palavra ao Primeiro Secretário, para fazer o resumo do expediente recebido.-----

1 - Leitura do expediente. -----

-----O Primeiro Secretário, Senhora deputada municipal **Sara Rita Rodrigues Pedroso**, informou que “da empresa Águas de Coimbra, convite para exposição de ilustração “Sonhos Habitados”; da AEDREL, envio de livro “A Valorização do Papel e da Eficácia das Assembleias Municipais; da Junta de Freguesia do Sarzedo, convite para a abertura do III Mercado de Natal; do Deputado João Gouveia, da Assembleia da República, postal de Boas Festas; da empresa Estoril - Sol, Revista Egoísta, agenda para 2020 e postal de Boas Festas; da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, postal de Boas Festas; do Deputado Municipal João Figueira, livro “A Distribuição de Electricidade em Portugal 1976 – 2019”; da CPCJ de Arganil, envio de Relatório Anual – 2019.”-----

-----Todos os documentos se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

2 - Discussão e votação da Acta da Sessão Ordinária nº 5, realizada no dia 07 de Dezembro de 2019.-----

-----Não havendo registo de intervenções, a acta foi aprovada por unanimidade de 34 votos.-----

3 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para “propor um voto de pesar pelo falecimento recente do Senhor Comandante Eduardo Ventura, pessoa de incontornável importância e relevância no contexto social da vila e do município, uma referência para todos nós e que teve bastante influência e participação a vários



Assembleia Municipal

níveis e que merece de nós toda a consideração e respeito e julgo que dignifica esta Assembleia, que façamos um voto de pesar.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para dizer que “esta bancada está inteiramente de acordo com a proposta apresentada, do voto de pesar de Eduardo Ventura. Foi uma figura relevante na vida social de Arganil, como Comandante dos Bombeiros Voluntários e não só, como um daqueles arganilenses de gema, que gosta da sua terra. Eduardo Ventura era isso tudo; era um amante da sua terra, trabalhou toda a vida por ela, não só enquanto comerciante, mas também na sua dedicação e no trabalho que dedicou com amor aos seus Bombeiros. Eduardo Ventura é uma perda irreparável para a nossa comunidade arganilense; como amigo que era dele, embora fosse meia dúzia de anos mais velho, não posso deixar de o recordar aqui e concordar pessoalmente, e também em nome da bancada do PSD, com a proposta do voto de pesar.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **António João Lopes** dizendo que “em meu nome e da CDU, concordo com a homenagem, tanto mais que eu conhecia-o e era amigo dele desde há 70 anos, por isso estou de acordo com a homenagem que se propõe.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Arganil** para dizer que “a minha intervenção também era uma proposta de voto de profundo pesar pelo falecimento do Comandante Eduardo Ventura, que foi, como já foi aqui dito, o primeiro presidente eleito após o 25 de Abril, entre 77 e 79, primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Arganil. Foi bombeiro voluntário durante mais de 50 anos e um prestigiado Comandante dos Bombeiros durante mais de 30 anos. Foi um comerciante que sempre investiu em Arganil, um comerciante de sucesso e visão e que também muito contribuiu pelo progresso de Arganil. Em suma, foi aquilo que se chama um grande pintassilgo. A minha homenagem e o meu profundo sentimento pelo seu falecimento.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “também não podia deixar de me associar à proposta da bancada do Partido Socialista; o Senhor Eduardo Ventura foi uma personalidade marcante e é uma personalidade marcante, porque o seu legado fica para o nosso concelho, não apenas como Comandante durante muitos anos dos Bombeiros Voluntários Argus, tendo recebido o Crachá de Ouro da Liga dos Bombeiros Portugueses, para além de ter sido distinguido pelo município pelo seu trabalho, em prol da comunidade. O Senhor Eduardo Ventura foi o primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, eleito depois da Revolução dos Cravos, de 1974. Pelo seu percurso de vida, pela afirmação da arganilidade, merece este nosso voto de pesar e de congratulação por tudo aquilo que ele fez ao longo da sua vida em prol dos outros.”-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal guardou um minuto de silêncio em memória do Senhor Eduardo Ventura.-----

-----Retomou a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir que “quero abordar um assunto recente e gostava que o Senhor Presidente fizesse um enquadramento e nos explicasse que é que está a acontecer, relativamente à intervenção na Rua Condessa das Canas, que levou ao corte da tília que estava no cruzamento em frente à Casa do Povo; isto vem no seguimento de uma intervenção anterior, que também comoveu o conjunto do alinhamento arbóreo ao longo da rua, em frente à Santa Casa da Misericórdia. Como não temos conhecimento do projecto, gostávamos que o Senhor Presidente nos explicasse a razão do corte das árvores, nomeadamente da tileira e se está em causa algum Relatório que levantasse algumas questões de vulnerabilidade ou de estado deficitário, em termos estruturais ou fitossanitário da árvore.-----

-----Quero também voltar a questionar sobre uma situação que questionei há duas Assembleias atrás, sobre os contentores enterrados em frente ao edifício dos Correios, que foram colocados já há bastante tempo e continuam selados sem utilização e gostávamos de perceber porque é que não estão a ser utilizados porque são uma mais-valia em termos de boa utilização do espaço público e que permitiria libertar espaço que está ocupado agora com os contentores existentes. Gostávamos de saber porque é que os contentores enterrados não estão a funcionar.-----

-----Ainda questionar outra situação que tem a ver com uma questão também recente, que foi a apresentação do Rali de 2020; na altura da discussão do Orçamento questionámos em que alínea é que estavam inscritas as verbas no novo protocolo deste ano; não ficou claro, e gostávamos de saber qual é que é o timing para assinatura do novo protocolo, se as verbas já estão previstas no Orçamento para 2020, onde estão e, se possível, qual é a diferença entre o valor para 2020 e o valor de 2019.-----

-----Gostava também que nos contextualizasse duas situações que aparentemente e tendo em conta o que disse na última Assembleia, iriam avançar para a obra; é o caso das obras aqui na vila, como está a situação do concurso, se está em fase de adjudicação e se temos uma perspectiva de início dos trabalhos e por onde vão começar. Também tomámos conhecimento pela comunicação social e pelas notícias da página do Município que, no âmbito de uma campanha de presidências abertas que o Senhor Presidente vai fazer, esteve no Piódão e que a intervenção no Largo do Piódão vai, finalmente, avançar em Março; gostava que nos confirmasse essa circunstância e quanto tempo está prevista a duração da obra.-----

-----Quando aprovámos aqui o PERU de Arganil, em 2018, havia um conjunto de intervenções que tinha um horizonte de execução para 2020; entre elas o Cineteatro Alves Coelho, o espaço público na vila de Arganil, a intervenção na Câmara Municipal, intervenção na Casa dos Magistrados, intervenção na Residência



Assembleia Municipal

Feminina, intervenção no Mercado Municipal, intervenção no espaço expectante na Praça Simões Dias, a reconversão da antiga escola em arquivo municipal, e a edição do Manual de Boas Práticas. Destas, teremos, eventualmente concluída, a intervenção apenas no edifício da Câmara Municipal de Arganil; todas as outras poderão, eventualmente, ser iniciadas, reiniciadas ou até, no caso do espaço público de Arganil, numa escala bastante menor. Gostava de perguntar se acha que esta que foi manifestamente optimista esta aprovação do PERU com esta hierarquia de prioridades; depois, dentro destas intervenções que estavam previstas neste programa, neste Plano, que é para levar a sério, se tem perspectiva de iniciar alguma destas outras intervenções e depois, se alguma vai ficar para 2021 ou se vão ser abandonadas. Em relação a uma destas questões, e que também é notícia fresca desta semana, a colocação à venda do terreno, correspondente a este espaço na Praça Simões Dias, que está devoluto, fruto da demolição, pelo estado de conservação, do edifício que lá estava. Esse espaço fez parte do próprio Plano, com objectivos específicos para a sua intervenção, era um espaço com potencial, era um espaço que podia transformar-se num novo ponto até de animação e de localização de serviços importantes para a vida da comunidade e que, de repente, essa decisão de requalificação urbana ou até de uma intervenção que poderia, por parte do município, servir de exemplo para que depois os privados pudessem também recuperar, passámos de uma intenção válida e até com alguma intenção pedagógica importante, falou-se da localização da Junta de Freguesia de Arganil, do Posto de Turismo, de Loja de Produtos Regionais, à boca pequena ouviu-se falar de tudo, mas afinal de contas neste momento está à venda; não só este espaço mas também os lotes do Sobreiral e o terreno na Cascalheira. Isto indicia uma de duas coisas: ou uma necessidade desesperada de financiamento por parte da Câmara, e vamos vendendo os anéis, ou então uma falta de ideias para concretizar um conjunto de intenções que nos foi apresentado na altura. Gostava que o Senhor Presidente enquadrasse isto e porquê então esta decisão de avançar para a venda de todo este património.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Elisabete Oliveira** para “fazer uma referência a um projecto que foi desenvolvido pelo município de Arganil, numa ação promovida pela CIM da Região de Coimbra, que foi um projecto denominado “Inspira.Te - o Teu Sucesso Determina o Teu Futuro”, e que assume aqui uma importância bastante relevante, na medida em que envolveu famílias, Agrupamento de Escolas, crianças e jovens, numa lógica, por um lado, de educação parental, assumindo-se como um suporte para o desenvolvimento de uma série de competências que acabam por se tornar muito relevantes no acompanhamento das crianças e dos jovens, mas também por ter sempre uma preocupação muito grande em trabalhar em parceria. Vai ter agora uma sessão de encerramento, dia 27 e 28 de Fevereiro, que me parece, sobretudo, vocacionada e voltada para questões de orientação profissional, mostrando e dando aqui já uma janela para o Mundo aos



Assembleia Municipal

nossos jovens relativamente ao mercado de trabalho no futuro. Estamos numa fase em que o mundo avança de uma forma muito rápida e é importante criar este tipo de projectos que preparem e capacitem não só famílias, como crianças e jovens para os desafios que vão encontrando hoje, mas também no seu futuro. Acho estes projectos e considero-os muito importantes, quer ao nível das respostas que criam, quer também ao nível como obrigam as estruturas e as organizações a trabalharem em conjunto. Gostava de perceber também se quer ao nível da CIM da Região de Coimbra ou de outros âmbitos, poderá haver aqui oportunidade para continuar a desenvolver estas iniciativas, que me parecem importantes, mas também me parece importante encontrar aqui estruturas que as tornem sustentáveis e que permitam que as famílias e os jovens continuem a ter este tipo de oportunidades. Estes projectos onde se trabalha com pessoas, como os resultados e os frutos nem sempre são imediatos, muitas vezes podem ter aqui a tentação de os desvalorizarmos, mas de facto, acho que o investimento nas pessoas é aquele que depois no futuro, pode dar mais frutos e acho que é muito importante que seja dada continuidade a este tipo de iniciativas.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Teixeira** para “abordar um tema do qual já falei, mas que abordo novamente por não me ter parecido que, quer a resposta, quer a execução, tenha ficado satisfatório, é o tema dos óleos; a humanidade enfrenta três grandes problemas, económico-financeiros, sociais e ecológicos e eles são grandes porque têm impactos negativos muito relevantes e também são grandes porque são transversais, afectam o mundo inteiro. É missão de todos os políticos, desde as mais infra, às mais supra estruturas, avaliar, problematizar, pensar em soluções e aplicar as soluções para resolver esses problemas. E lá está, os óleos porquê? Porque vêm precisamente no enquadramento da escassez, quer qualitativa, quer quantitativa de água e isto é um problema muito grave, que talvez se torne ainda mais grave e relevante num concelho que se quer verde e cujo baning?? é precisamente toda esta ideia de bosque encantado, etc, etc. se Arganil é uma terra de Interior, com menos dinamismo e urbanismo do que o Litoral e aquilo que muitas vezes tem para oferecer e a forma como se “vende” de uma forma positiva, como apresenta a sua imagem para o resto do país e para o mundo, é a de um concelho verde, onde as pessoas podem encontrar um safe space para lazer, para descanso, etc, etc, torna-se ainda mais relevante assegurar a salubridade das nossas águas. Ora bem, a contaminação de óleos de consumo nos lençóis freáticos, é um problema gravíssimo; a maioria das pessoas, acho que somos cerca de 40 aqui hoje, eu duvido que haja 9, 10, pessoas a separar os seus óleos, a maioria das pessoas continua a despejar os seus resíduos ou no ralo, ou na sanita, e um litro de óleo contamina a quantidade suficiente de água para uso e consumo de 140 pessoas por mês; é algo extremamente grave. Porque é que isto acontece? Porque há falta de óleos e de programas para dar resposta a este problema e também porque as escassas e



Assembleia Municipal

muitas vezes insuficientes soluções que existem, são pouco publicitadas, são pouco consciencializadas, as pessoas estão pouco pré-dispostas e conscientes das soluções que têm, e por isso mesmo, a lei da inércia dita que mantenham os seus maus hábitos e os seus maus consumos. Ora bem, a solução que proponho, e depois a interpelação que lhe farei, seria a distribuição e publicidade de um mecanismo de oleões pelo nosso concelho, com, a título de exemplo, isto teria de ser tudo obviamente escrutinado a nível do executivo, mas eu diria pelo menos um ponto de recolha por freguesia e muito importante não esquecer, campanhas de sensibilização e consciencialização, nomeadamente promovidas pelo município, quer de forma autónoma, quer em parcerias público-privadas, com as escolas, etc. Deixo por fim a pergunta, o que é que neste momento está a ser feito no município de Arganil para resolver esse grave problema, que é a contaminação das nossas águas e o esforço e a falta de eficiência acrescida associada ao tratamento das águas na ETAR, por causa dessa sua contaminação com óleos de consumo, já para não falar dos óleos industriais.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Christophe Coimbra** para referir que “gostaria, neste período antes da ordem do dia, de falar um pouco de dois assuntos. O Desafio Picos do Açor e o Rally de Portugal.-----

-----Desafio Picos do Açor-----

-----Na sessão da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2018 tive oportunidade de dar a minha opinião sobre a 1ª edição deste evento e do enorme potencial que o mesmo apresentava. Enumerei a essa data os principais factores pelos quais achava que este evento tinha tudo para se tornar uma referência a nível nacional no curto prazo. Nesta sua segunda edição, realizada nos passados dias 15 e 16 de Dezembro, deu para perceber que esta prova não necessitará de um longínquo histórico de edições para alcançar esse estatuto. Esta prova é já uma das principais provas do panorama nacional ganhando inclusive, já, alguma projecção a nível internacional.-----

-----Como em tudo, julgo que seja importante dar o mérito a quem o tem, e a organização desta prova, merece o reconhecimento pelo excelente trabalho que desenvolveu para apresentar condições de excelência aos mais de 1000 atletas que se deslocaram a Arganil.-----

-----Ao André Rodrigues, ao Romeu Gouveia e ao David Gouveia, enquanto faces mais visíveis desta organização, enquanto Arganilense, o meu muito obrigado por mostrarem ao País que Arganil é realmente uma zona de excelência para a prática desportiva outdoor. Obrigado por mostrarem também que Arganil sabe receber bem e que Arganil está preparada e equipada como poucos concelhos para receber eventos desta natureza e desta envergadura.-----

-----A 3ª edição a realizar neste ano de 2020 deixa antever ainda um elevar da fasquia. O Desafio Picos do Açor será a prova que fecha um campeonato criado recentemente pela ATRP (entidade que gere a modalidade em Portugal) designado



Assembleia Municipal

de ATRP Pró-League. Este campeonato composto por 5 provas, de nível semiprofissional, terá a sua discussão final em Arganil. A Desafio Picos do Açor será na edição de 2020 deste ATRP Pró-League a denominada prova Master, ou seja, uma prova que atribui o dobro da pontuação das restantes para apuramento dos campeões. A cerimónia de encerramento deste campeonato será também realizada na cerâmica Arganilense. Tudo leva a querer que será um evento excepcionalmente participado e de enorme capacidade de projecção, para onde os olhos de todos os aficionados da modalidade e não só, estarão virados.-----

-----Ao Município de Arganil que desde sempre esteve disponível para apoiar eventos desta natureza a decorrer nos seus territórios digo que é de vital importância manter esta atitude. Eventos como este só dignificam e engrandecem Arganil.-----

-----Não posso obviamente terminar este assunto sem parabenizar o Arganilense André Rodrigues que atrás referi como organizador do Desafio Picos do Açor, que no passado dia 01 deste mês se sagrou novamente campeão Nacional de Trail Ultra numa prova que decorreu em Miranda do Corvo. É extraordinário o que este jovem tem conseguido. A ele, os meus parabéns e faço votos que continue ao mais alto nível por muitos e bons anos. A valorização da serra do açor no que ao trail diz respeito muito se deve a ele.-----

-----Ainda nesta nota, aproveito para deixar um desafio ao actual executivo e em particular ao vereador com o pelouro do desporto, Eng.º Luís Almeida. Existe em Arganil uma associação que tem contado também com o apoio do município na organização de vários eventos nos últimos anos, que é a BTT Serra do Açor. Esta associação organiza anualmente a maratona de BTT em Arganil, e mostra-se como uma associação bastante activa e de elevado sentido de responsabilidade no que à organização de eventos diz respeito. Deixo-lhe a ideia de poder abordar a direcção desta associação com o intuito de os puder incentivar a trazerem uma etapa da taça de Portugal de BTT ou até uma edição do campeonato nacional de BTT para Arganil. Outro evento que julgo que muito se ajustaria à actividade desta associação e que devido às condições de eleição que Arganil tem neste momento nas suas estradas do alto concelho era a organização de um Granfondo. Trata-se de eventos de cicloturismo em traçado de estrada que obedecem aos regulamentos da Federação Portuguesa de Ciclismo e que são habitualmente amplamente participados (3 a 4 mil participantes por evento). Existem já dois eventos desta natureza na nossa região, que são o Lousã Granfondo Licor Beirão e o Granfondo Aldeias do Xisto. Ainda assim, julgo que o Granfondo Serra do Açor teria tudo para ser um sucesso. A cerâmica Arganilense seria um excelente “quartel general” para este evento também. O óptimo estado das estradas do alto concelho, a beleza natural e os acentuados declives da nossa serra seriam o palco ideal para um evento de excelência. Pensem nisso.-----

-----Foi recentemente apresentado um estudo denominado de “Impacto do WRC Vodafone Rally de Portugal na economia do turismo e formação da imagem do destino”, da autoria do professor Fernando Perna, da Universidade do Algarve. Este



Assembleia Municipal

estudo não deixa margem para dúvidas. Os cerca de 600 mil € de investimento da região centro através dos diversos municípios e organismos, transformaram-se num retorno directo superior a 31 milhões de €.

-----Além do retorno directo são ainda enumerados como pontos muito positivos a criação de uma imagem favorável do território, o expandir da época turística no tempo, o aumentar da procura turística, e o atrair de visitantes nacionais e internacionais incrementando os ganhos económicos na região.

-----Com base nos resultados apresentados o presidente do Turismo Centro de Portugal, Pedro Machado, não teve dúvidas em classificar o evento como “um evento-âncora para a região”.

-----Recordo as palavras do meu colega de exercício, o Deputado António João Lopes, que disse aqui no passado que o Rally não é sequer um desporto, e que as equipas deviam era pagar para compensar a poluição que vinham causar. Caro colega, está demonstrado que até que as equipas não paguem, os seguidores desta modalidade pagam e muito. E sim, o desporto automóvel é também uma forma de desporto.

-----Como é fácil de perceber, este é um assunto pelo qual me interessa bastante e que já trouxe por diversas ocasiões a esta Assembleia. Sr. Presidente, com a força e o encorajamento que estes dados agora conhecidos nos trazem, e dentro daquilo que é procedimentalmente possível ao Município, vamos trabalhar na melhoria dos processos utilizados para o acesso do público ao troço de Arganil para maximizar a satisfação de quem escolhe Arganil para ver o Rally de Portugal e assim maximizaremos ainda mais o resultado deste evento.

-----Termino por dizer que não esqueço quem foram as âncoras neste longo processo de retorno deste evento âncora à nossa região. A edição de 2020 está quase aí e o feriado de São Rally é para comemorar novamente. Obrigado Sr. Presidente por me permitir comemorar este feriado na sua capital.”

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** para se referir “à atitude relativa à criação de um rebanho de cabras nos Cepos e Casal Novo, atribuído pela Misericórdia de Lisboa. Isto é prova de criação de riqueza nesta zona, tanto mais que nós sabemos que todos os dias as plantas que constituem o mato das zonas montanhosas, ou pelo menos da zona mais montanhosa do município, crescem todos os dias, se forem aproveitados enquanto verde, por animais que têm essas possibilidades, é uma riqueza que se aproveita porque se não se aproveitar, quando essas plantas secarem, no fim da vida, serão pasto dos incêndios tradicionais que todos vivemos desde sempre, porque os incêndios existiram sempre e a prova de que há incêndios, até vos lembro um documento muito antigo, feito no tempo do Rei Afonso IV que proibia as queimadas nas encostas dos rios que corriam para o Rio Mondego; ele sabia, ou pelo menos a população dessa época, sabia que as queimadas nestas encostas criavam condições para inundações em Coimbra e por aí abaixo; queria salientar e propor



Assembleia Municipal

que fossemos capazes de estudar ter imaginação para, em vez de um rebanho agora oferecido pela Misericórdia de Lisboa, e quero também salientar o trabalho do Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, porque tem sido um lutador para pôr de pé toda essa estrutura, por isso apoio o trabalho do Senhor Costa e faço votos para que todos os que agora beneficiam com os aerogeradores tenham capacidade de reinvestir algum desse capital que resulta do aproveitamento de energia eléctrica produzida pelo vento, que aplique ou pelo menos que haja um programa que eu gostaria que fosse pilotado em parte pela Câmara, pelas entidades das freguesias, cooperativa agrícola, e por todas as estruturas que existem no município, porque temos aqui capacidade para criar riqueza. Andamos à procura de algumas fontes de riqueza, esta é uma riqueza que todos os dias cresce, que todos os dias é possível, mas temos que encontrar um Plano com técnicos capazes, eu espero que o Instituto Superior Agrário de Coimbra tenha capacidade para fazer um projecto eficiente, candidato inclusivamente a verbas europeias, e que permita aumentar a riqueza desta região. Em todas estas estruturas é evidente que pode não haver pastores, mas lembro-vos que vi há pouco tempo na imprensa que a Universidade de Salamanca, uma famosa universidade europeia, tinha feito um curso para pastores e esse curso esgotou; com certeza nas nossas escolas, da área respectiva, teríamos possibilidade de fazer um curso semelhante, de forma a termos gente com capacidade, com possibilidade de aproveitar os produtos derivados, e até no Mosteiro existiu uma estrutura de produção de queijo, talvez haja possibilidade de aproveitar ainda algumas técnicas e equipamentos que foram adquiridos. Por isso proponho que se criem condições para os presidentes de juntas, a Câmara, encontrarem, em diálogo com os residentes ou não residentes, até podemos procurar gente que goste destas actividades, que venha de fora, e assim minimizávamos os incêndios, aproveitávamos a riqueza, aumentava os postos de trabalho, aumentava toda uma vida nova na nossa serra, que tem cerca de 200 km quadrados, que tem sido sempre pastos e incêndios, pela nossa incapacidade técnica.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Maria José Silva** referindo que “em Dezembro de 2012 fiz uma intervenção nesta Assembleia acerca da construção de uma mini-hídrica no Rio Alva, a chamada PCH Vale das Botas. No decorrer do movimento unânime que se criou nessa época, contra essa intervenção, infelizmente, a eminência do avanço para a construção desta barragem, faz-me voltar ao assunto. Para quem não está ao corrente desta questão, faço um enquadramento muito breve; em 2012, no seguimento de um apregoado plano para uso de energias renováveis e diminuição da dependência nacional em energias fósseis, foi anunciada a construção de um pequeno aproveitamento hidroeléctrico, conforme consta do projecto de execução, no Rio Alva, com um açude de 13,50m e uma potência a produzir inferior a 2 megawatts. Nessa altura, foram discutidos os inconvenientes dessa intervenção, houve consulta pública com muitas manifestações



Assembleia Municipal

contra, e nenhuma posição favorável, houve uma tomada de posição conjunta da Câmara Municipal, conforme consta da acta da respectiva reunião, foram pedidos inúmeros esclarecimentos e o que é certo é que a obra não avançou. Temos conhecimento porém, de que há movimentações para que o projecto volte a assombrar a região; a empresa promotora quer explorar a ideia e nós, enquanto representantes das populações, temos obrigação de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para o impedir. Os argumentos que em 2012 existiam contra esta instalação, não se alteraram um centímetro. Os prejuízos que trazem, não diminuíram em nenhum ponto. As contrapartidas oferecidas continuam a ser nenhuma e mesmo o cumprimento do ponto subjacente, o aproveitamento das energias renováveis, é muitíssimo discutível. Vejamos: este troço do Rio Alva é um dos últimos intocados do rio e onde as espécies de fauna e flora existem, em estado natural; se houver esta intervenção, o caudal do rio é alterado artificialmente e as espécies piscícolas autóctones deixam de ter condições para viver. A produção energética é muito pouco significativa, 1,9 mw, para o impacto negativo criado. Só para reforçar esta ideia, as actuais turbinas eólicas mais fracas, produzem 3,7 mw e já existem turbinas a produzir 9 mw. A mini-hídrica em questão produziria 1,9; vale a pena o impacto negativo criado? Claramente não. Existe um estudo de impacto ambiental produzido em 2012. Neste estudo, encomendado pelo proponente e que é capciosamente favorável ao projecto, existem lacunas graves, erros crassos, dos quais aponto um, a meu ver, preocupante: diz-se a certa altura que os impactos a nível do património edificado, são muito diminutos, uma vez que a larga maioria está em avançado estado de ruína e tem reduzido ou nulo, valor histórico e simbólico. Mais: diz-se que 10 dos elementos identificados se encontram abaixo da cota máxima prevista para a albufeira. Ora, um destes artigos afectado, o nº 11, é designado como Senhor do Sepulcro, edifício contemporâneo, conjunto arquitetónico, que integra um antigo lagar, na sala de restaurante; todos identificamos o local; o restaurante em questão funciona, não está em ruínas, e está precisamente na Praia Fluvial do Caneiro, o principal ponto de atracção turística de toda aquela zona. Então quer dizer que o restaurante e a praia fluvial poderiam ficar alagados? É esse o preço que teríamos que pagar por 1,9 mw de energia produzida, que nunca teria repercussões no concelho? É certo que o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente é favorável, mas só parcialmente favorável, e se todas as condicionantes descritas em 30 páginas de relatório, forem cumpridas. Entre estas conta-se a garantia que o caudal da albufeira não compromete a praia fluvial do Caneiro, entre Junho e Setembro, apenas. Diz-se que o património registado será parcial ou totalmente submerso; está escrito nesse Relatório que a nível de ecologia, as espécies naturais verão o seu habitat irremediavelmente perdido. Está tudo no estudo, e eu não estou a especular. Estão dispostos a arriscar sem contestar? Eu não. Nada daquilo que foi considerado negativo em 2012 foi alterado. Nada de positivo foi acrescentado. Não seriam criados postos permanentes de trabalho durante a exploração. Para a construção seriam 56 trabalhadores previamente



Assembleia Municipal

contratados e só muito pontualmente seriam contactados trabalhadores indiferenciados. Podemos então perguntar: o que pode o município fazer para impedir a concretização desta aberração ambiental? Essa é a minha questão. Sei que não estão passivos, ouvi o Senhor Presidente inquirir o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, João Ataíde, a 7 de Setembro, e também assisti ao preocupante silêncio deste responsável sobre o assunto. O que podemos nós fazer para fazer ouvir a nossa voz, tal como fizemos em 2012 e 2013? Eu fui eleita para representar os interesses do município e na minha humilde posição, estou a fazer o que se espera desta função. Seja qual for o posicionamento político dos membros desta Assembleia, eu acredito na sua boa fé e na sua vontade de pugnar pelo melhor, para o concelho. Este é um daqueles momentos em que temos que o mostrar, de forma inequívoca, e firme, e sublinhar que apesar de poucos em recursos, não estamos a soldo nem a saldo. Há dez anos, quando a decisão de criar projectos deste tipo em Portugal foi tomada, havia um determinado contexto que não é o mesmo que se vive agora; sabemos que as grandes empresas exploradoras não estão preparadas para abandonar estes projectos de mãos a abanar; porém, há que encontrar determinação entre todos nós e conseguir conjugar todos os esforços, mais uma vez, por forma a fazer valer a nossa posição. Não há justificação nenhuma, ecológica, sustentável ou económica, para defender a barragem. É uma intervenção invasiva, problemática, e irreversível na paisagem e no território. Acredito que muitos de vós ainda não tenham tido oportunidade de conhecer os contornos desta ameaça e faço aqui um apelo para que o façam com urgência e que possamos encontrar uma forma de entendimento nesta Assembleia, que permita transmitir aos nossos responsáveis nacionais a justeza desta nossa posição.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira** para referir que “a minha intervenção é para agradecer as palavras do senhor deputado António João Lopes e prestar um esclarecimento sobre o projecto do rebanho dos baldios de Cepos e Casal Novo. Neste momento é uma realidade, o projecto foi concebido através do empenho do Conselho Directivo dos Baldios de Cepos e Casal Novo, do executivo da Câmara Municipal, principalmente na pessoa da Senhora Vereadora Érica Castanheira, que nos apoiou desde o início, através da candidatura à Santa Casa, através do projecto de licenciamento, por aí fora. A Santa Casa não ofereceu o rebanho, propriamente, o projecto em si, com as várias alterações que teve que ter ao longo do tempo, aumentou, inflacionou, neste momento a participação da Santa Casa cifra-se nos 70%, talvez menos um bocadinho e o restante investimento foi feito pelos Baldios de Cepos e Casal Novo. Temos 130 cabras neste momento a pastorear os montes e o objectivo é a produção de carne e leite e também a redução de combustíveis. Fizemos cerca de 10 hectares de pastagens, nas cumeadas, zonas críticas de risco de incêndio, que só por si já fazem uma zona de contenção de possíveis fogos, e agora o rebanho vai fazendo o restante, vai fazendo o controlo dos matos, à volta das aldeias, principalmente Cepos



Assembleia Municipal

e Casal Novo, toda aquela cordilheira que nos segura os incêndios vindos de sul para norte, ou seja da zona da Pampilhosa da Serra, que é de onde vêm os mais perigosos, para a zona de Arganil. Dizer ainda que não está tudo feito, era bom que houvesse mais rebanhos, temos um rebanho na Serra do Rabadão, em Góis, há lugar para outro na freguesia de Celavisa, há lugar em Folques, e em todas as freguesias até ao Piódão, até ligar à Serra da Estrela. Se conseguíssemos implementar estes rebanhos por esta cordilheira, pela Serra do Açor, tínhamos perspectivas de ser muito mais viável a actividade e havia um controlo nesta linha de contenção de fogos de primeira ordem; acho que isto era importantíssimo porque um sozinho acaba por se perder no tempo e no terreno e seria necessária a implementação de mais. Vamos precisar de mais apoio, a Câmara tem-nos dado o apoio possível, este projecto tem quatro parcerias, com o Conselho Directivo dos Baldios, Câmara Municipal, Escola Superior Agrária de Coimbra e Associação de Produtores Florestais do Concelho de Arganil; não estamos sós, esperamos o apoio de todas estas entidades, e esperamos que seja uma realidade para o futuro. Criámos também dois postos de trabalho, é uma empresa praticamente a ser criada no concelho e, na minha perspectiva, naquilo que eu puder, vou dar o meu melhor para levar isto por diante.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Piódão** dizendo que “ouvi com muita atenção a explicação que a senhora deputada Maria José fez, sobre a mini-hídrica; em 2012 isso já foi discutido aqui, eu na altura também achei que era problemático estarem a pensar num projecto desses e se aquilo que está em causa não chega a 2 mw de energia, penso que na altura, isso deve estar registado, disponibilizei-me e a freguesia do Piódão se calhar disponibilizava-se, olhando ao número de torres de eólicas que já tem, seria apenas mais uma, para pensarem nesse projecto e porem mais uma torre eólica no Piódão; não faz sentido, com essa energia, com essa produção que vão fazer no Rio Alva, estar a prejudicar tudo aquilo que foi explicado pela senhora deputada. Estamos disponíveis para falar sobre isso, acho que haverá possibilidades de resolver o problema, sem criar esses constrangimentos todos.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** dizendo que “vou começar os meus esclarecimentos pela questão e pelo problema que foi sinalizado pela senhora deputada Maria José Silva, que me parece, de tudo o que temos presentemente em análise, nesta sessão da Assembleia Municipal, o problema mais grave e o mais preocupante. Agradeço o facto de vir a reparar e a estar atenta àquilo que são algumas intervenções que tenho feito, umas públicas outras em privado, mas nomeadamente as intervenções que tive junto do anterior secretário de estado do ambiente e também junto do actual ministro do ambiente, mas ainda no anterior mandato, relativamente a este problema, da pequena central hídrica do Vale das Botas que, para nós, é motivo de grande preocupação. Vale a pena fazer uma



Assembleia Municipal

resenha histórica muito curta para dizer o que é que temos em cima da mesa. Na sequência do DL 126/2010, já vamos aqui com 10 anos, ainda em Outubro de 2010, foi lançado um concurso público, a atribuir o direito a alguém que ganhasse este ou um dos outros concursos públicos que foram também lançados no âmbito deste processo, neste caso para atribuição de uma potência relativamente a esta pequena central hídrica com capacidade de pouco menos que 2 mw, com uma tarifa garantida de 95€ por mw/hora. Na sequência deste concurso público, de facto houve concorrentes, houve uma empresa que comprou o direito a criar este dano, que é aquilo que eu considero, é um dano patrimonial para o nosso território, por uma fortuna, com o valor de 800 mil euros; 800 mil euros foi o valor que o Estado entendeu como adequado para vender aquele troço do Alva a um privado, para fazer este empreendimento. Associo-me totalmente àquilo que disse, aliás, é um processo que temos vindo aqui a debater há muitos anos, que suscitou e que continua a suscitar enorme preocupação, por todas as consequências que terá, se for materializado. Desde logo as consequências a nível ambiental e também patrimonial, já para não falar naquilo que está relacionado com os empreendimentos que estão na proximidade e particularmente a Praia Fluvial de Côja. Quero associar-me a esta preocupação e dizer que nós estamos numa fase em que o Estado está com concursos no âmbito sobre equipamento das eólicas, em que a tarifa que é garantida é precisamente metade deste valor; aquilo que o Estado consegue, neste momento, é que existam investidores disponíveis no âmbito do potencial eólico para instalarem até mais 20% daquilo que é o potencial instalado, com uma remuneração de 45€/mw; significa isto que o défice tarifário num investimento eólico, é manifestamente mais pequeno do que num cenário destes, de uma concessão para esta pequena mini-hídrica do Vale das Botas. Quero, mais uma vez, reafirmar esta nossa preocupação, entendo que é um assunto suficientemente sério para o concelho, particularmente preocupante. Como disse e eu acabei por referir também há pouco, temos vindo a desencadear algumas diligências no sentido de tentar que este processo não venha a ver a luz do dia, até porque houve outros casos, nomeadamente aqui na proximidade, noutros empreendimentos previstos para o Mondego, que acabaram por cair, passaram por um processo idêntico a este mas há uns anos houve um retrocesso; significa isto que também no caso desta pequena central -hídrica do Vale das Botas, é possível haver um retrocesso, desde que exista vontade política. Compete a cada um de nós apelar a essa vontade política, não estamos a falar de nenhuma fortuna, acho que oitocentos mil euros por aquilo que é o impacto negativo resultante deste empreendimento, é algo que não se justifica, e a minha sugestão era que pudéssemos encontrar aqui uma plataforma equilibrada de discussão, de colocar este assunto em cima da mesa de quem de direito, no sentido de tentarmos reverter esta posição. O meu apelo é que todas as bancadas presentes se possam entender e possamos também preparar aqui, não hoje, porque pessoalmente entendo que deve ser um processo tão equilibrado e tão participado quanto possível, mas acho que temos condições, se assim o entenderem, para numa



Assembleia Municipal

próxima Assembleia votarmos aqui uma Moção relativamente a este assunto. Penso que ganhamos peso reivindicativo relativamente a esta nossa pretensão e particularmente relativamente a esta preocupação. Acho que podemos perfeitamente colocar esta manifestação de solidariedade do Presidente da Junta de Freguesia do Piódão, para acolher mais uma eólica, que com menos impacto, consegue garantir uma produção mais significativa do que aquela que seria garantida com esta pequena central hídrica do Vale das Botas.-----

-----Relativamente às restantes intervenções, quero associar-me ao voto de pesar que foi aprovado, em relação à pessoa, ao cidadão Eduardo Ventura, que como já aqui foi dito, teve um papel preponderante, incontornável na vida arganilense, bem como na vida da região, uma vez que, nomeadamente no seu papel de Comandante dos Bombeiros, muitas vezes teve um papel activo em toda esta vasta região.-----

-----Tentar esclarecer as questões suscitadas pelo senhor deputado Miguel Pinheiro; relativamente à intervenção na Rua Comendador da Cruz Pereira, faz parte de uma empreitada que está neste momento já consignada, que integra também uma intervenção no Bairro do Abrunhós e considera também o acesso ao Casal Novo; é uma empreitada que terá início no dia 9 de Março. Antes desta empreitada ter início, vai começar já na próxima segunda-feira, nesta artéria que integra a Rua Comendador da Cruz Pereira, a Rua Condessa das Canas e ainda mais outro troço, vai ter início uma intervenção de substituição da rede de distribuição de água e, logo que concluída, avançará esta empreitada. Quero fazer aqui a contextualização deste processo, dizendo aquilo que foram os pressupostos e aquilo que foram os resultados, e eventualmente reconhecendo aspectos que possam ter corrido menos bem; foi definido, como pressuposto de intervenção, até porque estamos a falar de um acesso diário a todos os utentes, quer da Santa Casa da Misericórdia, quer da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, estamos a falar de um acesso pedonal que neste momento não reúne, nem condições de circulação que garantam a circulação de pessoas com mobilidade condicionada, nem sequer de segurança. Esse é um dos pressupostos desta intervenção, é garantir e acautelar a questão da segurança e a questão da mobilidade e, nesse sentido, aquilo que resultou do projecto elaborado, foi a necessidade de retirar algumas árvores, estando considerado neste processo, e quero voltar a dizê-lo, até porque isto já foi assunto aqui discutido em sede de reunião de Câmara, está considerado no projecto a substituição por outras árvores, com outra localização, pois a questão não tinha a ver tanto com a existência do arvoredo, tinha essencialmente a ver com a colocação incorrecta do mesmo, que impedia a circulação de uma cadeira de rodas ou de um carrinho de bebé. É disso que estamos a falar. Naturalmente que, quando implementamos um projecto, pode perfeitamente acontecer que algum pormenor não seja devidamente considerado ou pelo projectista ou, neste caso, pelo Presidente da Câmara, que em última análise é o responsável por aquilo que corre mal; costume dizer e volto aqui a dizê-lo que já há uns anos que aprendi que quando as coisas correm bem, o mérito é de todos, quando correm mal a responsabilidade é do



Assembleia Municipal

Presidente da Câmara. Portanto, naquele processo, se alguma coisa correu mal, inclusivamente o abate daquela árvore, que tanto quanto sei, será uma amoreira e não uma tileira, mas se eventualmente houve algum excesso naquela situação, a responsabilidade é da minha pessoa. Devo dizer que os pressupostos que consubstanciaram esta intervenção, têm a ver com assegurar a mobilidade de todos os cidadãos independentemente da sua condição, quer seja um cidadão com a idade daquela árvore, dizem que é centenária, pode acontecer, quer seja de um cidadão de tenra idade que vá num carrinho de bebé. Entendemos que essa questão de mobilidade e a questão de segurança são absolutamente essenciais nesta intervenção que estamos a fazer e que vamos iniciar na próxima semana, nestas artérias da vila de Arganil.-----

-----Relativamente aos contentores enterrados, como solicitou e agora lembrou, fiz o apuramento desta situação, porque é que ainda não estavam em funcionamento, no âmbito do diferendo que existe com o empreiteiro, aquilo que me foi transmitido é que esta intervenção destes contentores não está ainda concluída; vamos ter que fazer um enquadramento jurídico para a concluir e essa é a razão para não estar ainda em funcionamento.-----

-----Relativamente à questão do Rali e paralelamente à sua intervenção falava também da intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra; quero começar por realçar aquilo que é o impacto económico não só nos quatro, agora cinco concelhos, da região que estão envolvidos, mas é um impacto que sai para fora das fronteiras. Aliás, não deixa de ser pertinente que o estudo que foi apresentado, consubstancie e que o impacto económico acontece numa terça parte nos concelhos que estiveram envolvidos na prova, mas há os remanescentes dois terços, cerca de vinte milhões de euros de impacto da prova aconteceram nos municípios contíguos. Significa isto que é no fundo aquilo que venho a dizer há algum tempo e que é também partilhado pelos meus colegas e pelo Presidente da Região de Turismo do Centro, não estamos a falar de um evento de 4 ou 5 concelhos, estamos neste momento a falar de um evento nacional, que tem um impacto muito significativo na região. Como referiu e bem, há um impacto directo económico, mas há um impacto que é bem mais valioso, o da projecção da região para fora de portas, e aquilo que essa projecção significa, do ponto de vista do retorno de médio e longo prazo. Se bem tenho interpretado ao longo dos anos, as palavras e o sentido e opinião de todos os agentes políticos, com rara excepção do senhor deputado António João Lopes, todos estarão de acordo que é um evento que é incontornável para a nossa região, e naturalmente para o nosso concelho.-----

-----Relativamente às questões formais, senhor deputado Miguel Pinheiro, acho que não há razão para estarmos preocupados em relação a isso; lembro que em 2019 tivemos conhecimento da prova no final de Janeiro e não tínhamos esta situação acautelada e ela foi resolvida. Quero dizer que há uma rubrica no Orçamento que acautela esta situação e portanto podemos todos estar descansados e tranquilos relativamente a isto. Quero dizer-lhe que o impacto, e aqui há duas componentes



Assembleia Municipal

que são importantes, o impacto naquilo que tem a ver com aquilo que nos é exigido será um esforço mais suave em 2020 do que foi em 2019, desde logo porque para além da componente financeira houve uma componente logística pesada, que tivemos que assegurar, portanto essa, na sua essência, está neste momento já concretizada e não implica qualquer custo acrescido. Penso que em 2019 todos percebemos isto, o regresso do Rali foi um risco assumido por muita gente particularmente pelo ACP, assumindo também que se alguma coisa corresse mal, podia ser o fim da prova no nosso país. Felizmente houve o compromisso colectivo de todos, particularmente dos adeptos que assistiram, também é verdade que houve um conjunto de restrições, de condicionantes, que não foi tão do agrado de muitos adeptos, aliás, que todos reconhecemos, passando pela Câmara, passando também pelo ACP, e aquilo que posso dizer relativamente a 2020, é que haverá uma abordagem mais facilitadora naquilo que tem a ver com os acessos à zona da prova, esta circunstância de termos um aumento do troço também vem facilitar e vem aproximar a prova mais da sede do concelho, permitirá também ter mais um acesso a partir da vila e a partir de Côja e haverá outra facilidade naquilo que tem a ver com os acessos, assumindo-se aqui este compromisso colectivo, que todos defendem, que é o da segurança do Rali, porque só garantindo esta segurança é que podemos garantir a permanência da prova no nosso concelho.-----

-----A obra no Piódão inicia no mês de Março.-----

-----Quero clarificar relativamente a esta intervenção dos anéis e dos dedos que esse é um considerando que não tem qualquer tipo de aplicação. O considerando da falta de ideias também não tem qualquer tipo de aplicação. Basicamente estamos a falar de propriedades que neste momento são mais importantes se estiverem à disposição do sector privado do que estarem agarradas aqui a algum preconceito que será quase mais político do que outra coisa; e não estamos a falar de nenhuma decisão repentina, as coisas foram decididas de uma forma ponderada e amadurecida.-----

-----Relativamente às palavras da deputada Elisabete Oliveira, quero dizer que efectivamente, o projecto Inspira-te é um daqueles casos que vem consolidar esta parceria que existe entre os 19 municípios que integram a CIM. Aliás, se algo resulta desta participação alargada dos 19 municípios, é mesmo a possibilidade de termos projectos com esta importância e com esta sustentabilidade, que são determinantes para o território. A CIM continua a trabalhar para poder manter estes projectos, reconhecendo que será difícil dispor de um pacote financeiro tão significativo quanto aquele que esteve actualmente em cima da mesa, no âmbito deste quadro comunitário, mas ainda assim penso que será possível continuarmos a trabalhar no futuro relativamente a este assunto.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Miguel Teixeira, sobre os oleões, já falei acerca disto aqui numa Assembleia Municipal, na sequência de uma interpolação penso que do senhor deputado Manuel Augusto; a listagem com os 26



Assembleia Municipal

pontos de recolha foi distribuída, mas assumo aqui o compromisso de podermos aumentar a comunicação relativamente a este processo.-----

-----Na sequência da intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, relativamente ao desafio Picos do Açor, naturalmente que é um evento que projecta o território, que demonstra aquilo que são as potencialidades do nosso concelho, e tivemos aqui a grande felicidade, que acho que é de todos, é do André Rodrigues e dos seus parceiros, porque acho que eles são bons porque treinam aqui no nosso concelho, mas ao mesmo tempo também é essa circunstância deles serem bons que permite a afirmação deste evento no concelho de Arganil. Naturalmente que esta notícia do fecho do ATRP Pro League em 2020 em Arganil, é uma grande notícia. Queria dizer-lhe, relativamente à sugestão que deixou, no que tem a ver com o BTT, com aquilo que é o nosso potencial, dentro daquilo que são as redes e as parcerias que existem, no âmbito da parceria com a ADXTur, a Associação das Aldeias do Xisto, há uma prova que vai ter algum impacto, que tem uma dimensão assinalável, terá início na Benfeita, no dia 5 de Abril. É também o reconhecer desta potencialidade e por outro lado, daquilo que é o impacto causado por este tipo de iniciativas.-----

-----Quero associar-me às palavras do senhor deputado António João Lopes, confesso que quando ele disse que apoiava o trabalho do senhor Costa, fiquei com dúvidas se seria do José Costa, se seria do Luis Paulo Costa ou do António Costa. Pensei que pudesse ser do Luis Paulo Costa, mas depois percebi que era ali mesmo do senhor José Costa. Ainda assim, quero associar-me às suas palavras, reconhecendo o papel absolutamente determinante que os Baldios de Cepos e Casal Novo assumiram neste processo, particularmente o Senhor José Costa, no âmbito destas candidaturas do Fundo Recomeçar da Misericórdia de Lisboa, que reconheceu, a nível nacional, o projecto dos Cepos e Casal Novo como o melhor projecto. Isto é uma grande responsabilidade mas é também um motivo de satisfação, para um município que apresentou o maior número de candidaturas a nível nacional, dos territórios que eram elegíveis, e teve também o valor mais significativo atribuído.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Luis Gomes** para dizer que “a minha intervenção respeita à problemática que está instalada sobre o abate da árvore na Rua Condessa das Canas; pelos vistos não é uma tileira, é uma amoreira; acho que não é; é uma tileira. Estou um bocado preocupado com a falta de sensibilidade que houve por parte da equipa que projectou e também por parte de quem aprovou, em relação ao abate daquela árvore. Se por um lado se pode aceitar, conforme o Senhor Presidente explicou, o corte e o abate das árvores da Rua Comendador da Cruz Pereira, porque das duas, uma, ou ficam as árvores ou as pessoas podem passar e isso facilita a mobilidade das pessoas; com as árvores é impossível qualquer tipo de mobilidade nesse passeio, já que as árvores que existiam impediam uma circulação normal. Quanto ao abate desta árvore, é uma



Assembleia Municipal

árvore centenária, eu tenho 74 anos, nasci ali, estudei ali, quando o Externato Alves Mendes ali esteve localizado, e desde miúdo a árvore já tinha um porte bastante adulto; é necessariamente centenária. Não se abate uma árvore centenária por uma razão qualquer, conforme referiu o deputado Miguel Pinheiro, e muito bem, só por razões fitossanitárias ou por razões de segurança, em relação à via pública é que pode, eventualmente, haver esse procedimento. O abate daquela árvore, em perfeitas condições de sanidade fitossanitária, acho que é um crime; eu estou aqui, nem sempre posso estar de acordo com aquilo que o executivo faz, e neste momento, tenho que manifestar aqui, não só como deputado municipal, mas principalmente como cidadão, como arganilense, que foi uma grande machadada dada na sensibilidade das pessoas que nasceram aqui em Arganil, os arganilenses que gostam de ver preservadas as coisas da sua terra, e muitas vezes essa sensibilidade não existe. Eu pergunto, e tecnicamente penso que está incorrecto que, por força do abate daquela árvore, se consiga maior mobilidade das pessoas; a árvore existia num local que nada afectaria, nem a mobilidade de viaturas nem das pessoas. Necessariamente, há um erro técnico de avaliação do projectista em relação àquela obra, e àquilo que está previsto fazer em frente ao antigo Hospital Condessa das Canas, a partir daquele muro. Também não deixa de ser preocupante verificar por que razão, e já tive oportunidade de ver isso em fotos, são os funcionários da Santa Casa que vão proceder ao abate dessa árvore e transportar a respectiva madeira, não sei para onde; quem é que terá dado a ordem para serem os funcionários da Misericórdia a efectuarem o corte da árvore situada no espaço público? Chegámos ao tempo de entidades públicas ou privadas fazerem intervenção na via pública? Porquê? Qual a razão? É estranho. Quero aqui manifestar pessoalmente o meu desgosto pelo abate dessa árvore e creio que comigo, muitos arganilenses comungarão da mesma posição.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para dizer que “o senhor deputado Luis Gomes referiu grande parte das preocupações que iria novamente colocar. Acho que são duas questões diferentes, quando ele apontou, e muito bem, o alinhamento das árvores ao longo da Rua Comendador da Cruz Pereira, e a sua replantação, garantindo a passagem a cidadãos de mobilidade reduzida e promover qualidade de passeio, tem todo o nosso apoio e tem sentido, e é uma intervenção perfeitamente justificada. Esta questão específica desta árvore, não se percebe que tenha sido por essa razão, até porque depois apareceu uma imagem do projecto, nas redes sociais, e nota-se que a árvore imediatamente abaixo, não é cortada e essa sim, até está a fazer supostamente mais estorvo no passeio. Ela está cortada, a preocupação está levantada, qualquer justificação que venha agora não a vai repor, mas é um assunto que não podíamos deixar de abordar.”-----

-----Em relação à resposta do Senhor Presidente, não respondeu quando é que vão recomeçar as obras aqui na vila e a situação do concurso e ainda quanto tempo está previsto a duração das obras de requalificação do largo do Piódão.”-----



Assembleia Municipal

-----Comentar que esta coisa dos anéis e dos dedos, que eu referi, Senhor Presidente, não acho que deva passar por isto de uma forma tão leve, e dizer-nos que é uma situação que foi bem pensada, porque não é isso que a realidade nos expressa; estivemos nesta sala no final de 2018, não foi assim há tanto tempo, uma aprovação de um Plano que especificava uma ação concreta de investimento público naquele local. Não pode agora vir dizer que esta venda foi uma coisa maturada e pensada no tempo, porque há muito pouco tempo era tida como uma ação estratégica de requalificação urbana da vila de Arganil.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Ana Sofia Antunes** para referir que “Senhor Presidente, não posso deixar de dizer o seguinte, relativamente a esta questão da amoreira/tileira; sendo eu uma pessoa com deficiência, como todos sabem, e tendo também as responsabilidades que tenho nesta matéria, e a opinião que vou emitir, vincula-me a mim, em primeiro lugar e acima de tudo; só para esclarecer o seguinte: eu não tenho a noção exacta do espaço de que estamos a falar, porque neste momento não estou a visualizar, de qualquer forma queria só dizer o seguinte: existe legislação sobre esta matéria, que é muito clara e tem que ser cumprida; o DL 163/2006, definiu que, neste tipo de circuitos, e quando existem intervenções que fazem uma reformulação profunda de uma via, há que garantir incontornavelmente um espaço de 1,20m, para circulação de peões, sendo eles de mobilidade reduzida ou não; é esta a regra e ela tem que ser cumprida e face a esta regra, não são apenas questões fitossanitárias ou de segurança que podem impor o derrube de uma árvore e aqui, peço imensa desculpa, mas tenho que o dizer friamente, tenha ela 70, 100, 200 ou 500 anos; tem que ir abaixo, porque o valor da dignidade das pessoas e o direito das pessoas à circulação, sobrepõe-se a qualquer árvore. Aquilo que está aqui em causa é saber se no sítio onde a árvore foi derrubada, existia ou não este corredor livre de circulação, que pudesse ser garantido sem o derrube da mesma, e se efectivamente existia alguma outra forma de garantir esse mesmo corredor de circulação sem o derrube da árvore. Esta é a única questão.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** dizendo que “vou começar por aquilo que acabou de dizer a senhora deputada Ana Sofia Antunes; é exactamente essa a preocupação subjacente a esta intervenção, de garantir a circulação de pessoas com mobilidade condicionada. Devo dizer que este assunto, relativamente a outra área de intervenção, já foi discutido anteriormente em sede de reunião de Câmara, e a minha opinião, relativamente a esta matéria está em linha com a opinião que acabou agora de transmitir. Pessoalmente, entendo que a dignidade das pessoas, particularmente aquelas que têm mais dificuldades de locomoção, se sobrepõe àquilo que é a dignidade do tal ser vivo, que é uma árvore. Penso da mesma maneira que se expressou e foram esses os pressupostos que estiveram subjacentes a esta intervenção. Naturalmente que não foi o Presidente da Câmara que andou lá com uma fita a ver se tinha um metro e vinte ou o que fosse; os



Assembleia Municipal

pressupostos foram estes e presumo que do ponto de vista técnico, foi isso que foi tido em consideração. Naturalmente que ontem tive o cuidado de me confrontar com mais cuidado sobre esta situação, auscultei o projectista, e aquilo que ele me confirmou foi precisamente que o abate resultava desta necessidade de conformar com a questão legal e com a questão da mobilidade. Se é isso que é necessário, naturalmente que o técnico tem toda a obrigação de justificar as opções que tomou, mas também quero dizer que, em última análise, quem aprovou o projecto foi o Presidente da Câmara que, confirmo, não foi verificar com fita métrica se o que lá estava era realmente um metro e vinte. Isto é o que temos em cima da mesa e quero voltar a dizer que os pressupostos que estiveram subjacentes à intervenção, foram garantir as condições de segurança e de mobilidade a todos e, de facto, naquela artéria circulam muitos cidadãos que não são menos cidadãos que todos os outros, particularmente os utentes da APPACDM, que entendo, têm todo o direito a circular com condições de segurança e garantindo as regras da mobilidade.-----

-----Quanto às obras na vila, elas terão início na próxima semana e intensificar-se-ão durante o mês de Março. Há um conjunto de situações de que falou, que no tempo que tenho disponível não me é possível esclarecer, mas quero dizer que há um conjunto de intervenções que dependem também de um conjunto de mecanismos de financiamento, como oportunamente dissemos e um exemplo, desde logo, é o da outra Residência que pretende albergar os utentes da APPACDM.-----

-----Gostava de saber a opinião das outras bancadas relativamente à proposta da deputada Maria José Silva, relacionada com a pequena central hídrica do Vale das Botas.”-----

ORDEM DO DIA

1 – Eleição de um elemento da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Arganil – CPCJ, para substituir um elemento eleito na sessão de 16 de Dezembro de 2017.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para explicar que “o elemento eleito foi o senhor deputado municipal Manuel Augusto Rodrigues, que pediu, por razões profissionais, para poder ser substituído; uma vez que foi a bancada do Partido Socialista a indicar o senhor deputado Manuel Augusto Rodrigues, pergunto à bancada do Partido Socialista se tem um nome a propor.”-----

-----Usou da palavra o senhor deputado **Manuel Augusto Rodrigues** para referir que “eu já tinha dito que será a senhora deputada Maria do Céu Paulino que me irá substituir; ela aceita, será ela a pessoa por nós indicada.”-----



Assembleia Municipal

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Ana Sofia Antunes** para “pedir que seja corrigida a designação da Comissão, que é apenas Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que “recentemente tivemos que fazer outra substituição, também na CPCJ, e foi entendido por todos os senhores deputados que essa votação não fosse feita de modo secreto, apesar de estar previsto legalmente, quando se trata de votar em pessoas, que essa votação decorra de forma secreta. A questão que coloco aos senhores deputados é, se deve ou não, esta votação ser feita por voto secreto.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, não recorrer ao voto secreto.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou ainda, por unanimidade de 34 votos, designar a senhora deputada Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Arganil – CPCJ.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Usou ainda da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para “felicitar a senhora deputada Maria do Céu Paulino por esta eleição, e desejar-lhe as maiores felicidades nesta nova função que agora vai assumir.”-----

2 - Apreciação e votação da proposta de contratação de empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 4.000.000,00€, para ampliação do Pólo Industrial da Relvinha Oeste e Qualificação do Pólo Industrial da Relvinha Este.-----

-----Presente a informação INF/DAGF/43, datada de 31/01/2020, da técnica superior Paula Duarte, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo Sr. Presidente-----

-----Considerando que:-----

-----1 - No quadro do disposto do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, o Município de Arganil pretende contratar, junto da banca, um empréstimo no montante de 4.000.000,00€, para cobertura de necessidades de investimento, a inscrever no Orçamento Municipal de 2020, nas condições:-----

---a) Natureza do empréstimo: Médio e Longo Prazo;-----

---b) Montante: 4.000.000,00€-----

---c) Finalidade: Investimento;-----

---d) Prazo de utilização: até 2 anos, após obtenção do Visto do Tribunal de Contas;--

---e) Prazo de empréstimo: 12 anos;-----

---f) Taxa de juro: Indexada à Euribor a 6 meses;-----



Assembleia Municipal

- g) Amortizações: O empréstimo deverá ser reembolsado em amortizações constantes de capital, com vencimentos mensais.-----
- h) Amortização antecipada: poderá proceder-se à amortização antecipada de parte ou da totalidade do capital em dívida, sem qualquer custo ou indemnização, devendo a proposta fixar condições para o efeito;-----
- 2 – Foram convidadas a apresentar proposta, a Caixa Geral de Depósitos, SA, o Banco Comercial Português, S.A. e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL.-----
- 3 – Do relatório de avaliação das propostas, resulta que a mais favorável para o Município é a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, com uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses acrescida de spread de 0,35%, sem custos, e possibilidade de amortizar antecipadamente sem quaisquer penalizações.--
- 4 - No que respeita ao apuramento da dívida total, previsto no n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, doravante RFALEI), a contratação do empréstimo em questão não é considerado para efeitos do referido apuramento, uma vez que o mesmo tem financiamento dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia.-----
- 5 – O investimento ultrapassa 10% do investimento previsto no Orçamento Municipal para 2020, pelo que determina o n.º 2, do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), que o mesmo tem de ser objeto de autorização pela Assembleia Municipal.-----
- 6 - As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80% da amortização média de empréstimos (divisão do capital em dívida à data de entrada em vigor da Lei n.º73/2013 de 3 de setembro, pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato).-----
- Perante o exposto, propõe-se a V.ª Ex.ª o seguinte: -----
- Que a Câmara Municipal, no exercício da sua competência prevista na alínea ccc), do n.º 1.º do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submeta à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo Regime Jurídico:----
- 1 – Aprovação do programa de investimento (Anexo IV), conforme determina o n.º 2 do art.º 51 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua atual redação (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - RFALEI);-----
- 2 – Adjudicação do empréstimo de investimento no montante de 4.000.000,00€, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, conforme relatório de avaliação de propostas e nos termos da proposta apresentada com as seguintes condições:-----
- a) Montante: 4.000.000,00€-----
- b) Prazo de utilização: até 2 anos, após obtenção do Visto do Tribunal de Contas;--
- c) Prazo de empréstimo: 12 anos;-----
- d) Taxa de juro: Indexada à Euribor a 6 meses + spread 0,35%;-----



Assembleia Municipal

---e) Amortizações: O empréstimo deverá ser reembolsado em amortizações constantes de capital, com vencimentos mensais;-----

---f) Amortização antecipada: poderá proceder-se à amortização antecipada de parte ou da totalidade do capital em dívida, sem qualquer custo ou indemnização.-----

-----3 – A assunção de compromisso plurianual nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro-----

-----4 – Notificação às instituições convidadas da adjudicação do empréstimo.-----

-----Nos termos do n.º 6 do art.º 49.º do RFALEI, a contração de empréstimos de médio e longo prazo, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções.-----

-----Mais se informa que deve ser elaborada declaração com indicação do número de membros do órgão deliberativo em efetividade de funções, bem como do número total de votos contra, a favor e de abstenções, nos termos do n.º 3.º do art.º 19.º da Resolução n.º 14/2011 de 16 de agosto (Instrução e tramitação dos processos de fiscalização prévia a remeter ao Tribunal de Contas).-----

-----À Consideração Superior,-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “esta proposta que aqui trazemos está relacionada com a Ampliação do Pólo Industrial da Relvinha Oeste e com a Requalificação do Pólo Industrial da Relvinha Este, como é informado; trata-se de um processo que, entre aquisição de terrenos e obra, e empreitada, consubstancia um financiamento superior a 5.500.000,00€, estando neste momento assegurada uma comparticipação de 1.480.000,00€, há aqui um diferencial significativo que para podermos avançar com a empreitada, temos que acautelar. Estamos neste momento, desde há três semanas a esta parte, em condições de propor a aprovação do Relatório Final de apreciação das propostas e de propor a notificação da intenção de adjudicação; do ponto de vista formal e naquilo que está relacionado com as regras em vigor, nomeadamente com o cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, só podemos propor essa adjudicação depois de termos uma garantia de meios financeiros para assegurar a componente do município. A primeira preocupação subjacente a este financiamento tem a ver desde já com a necessidade de avançarmos com a adjudicação da empreitada de ampliação da Relvinha Oeste, cujo valor, nesta componente da ampliação, ascende a cerca de 3.300.000,00€, acrescido de IVA. Queria clarificar que estamos a falar de um financiamento de utilização gradual ao longo do decurso da empreitada e aquilo em que continuo a acreditar, aliás tenho essa expectativa, é que venha a ser possível e essa porta só se abrirá depois de iniciarmos a empreitada, mas tenho a expectativa que consigamos fazer a reprogramação financeira desta candidatura e aumentar o valor elegível; materializando-se essa expectativa, de ser possível fazer a reprogramação financeira, naturalmente que a comparticipação também aumentará e reduzirá, na devida proporção, a necessidade de execução deste financiamento. Estamos a falar,



Assembleia Municipal

neste momento, até mais de uma questão instrumental relacionada com a adjudicação da empreitada do que propriamente com uma questão imediata de índole ou de âmbito financeiro.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir que “quando fizemos a declaração de voto para o Orçamento de 2020, na altura o Senhor Presidente chamou-nos a atenção, lembro-me que referiu que havia uma certa desonestidade intelectual da nossa parte por referirmos que iria haver um aumento de endividamento e depois explicámos que era relacionado com a expectável contratação de empréstimos. Desde lá, e isto foi na Assembleia de Dezembro, tivemos duas Assembleias e em cada uma delas vem um novo empréstimo; um de 600 mil euros na anterior, e agora um de quatro milhões. No âmbito desta discussão, em sede de reunião de Câmara, foi apresentada uma exposição, que julgo que é bastante elucidativa, por parte dos vereadores do Partido Socialista, que fala do período associado ao executivo do Partido Social Democrata nos últimos 14 anos, em que tivemos cerca de 17 milhões de euros de empréstimos, o que dá uma média de um milhão e duzentos mil euros por ano, quase cem mil euros por mês. Nesta altura é muito dinheiro e por princípio, o Partido Socialista não está contra a contratação de empréstimos para se fazer obra; a questão é que expectativa temos nós da obra e das prioridades que este executivo tem, e lembramos que a distribuição dos empréstimos, o de dez milhões grosso modo, no período de 12 anos, associado ao anterior executivo, e o de sete milhões em dois anos, o senhor Presidente vai bem embalado, para este período. O nosso voto contra associa-se às justificações apresentadas pela bancada do Partido Socialista no executivo da Câmara Municipal, e tem a ver com três aspectos. Pelas contas que fizemos, existe uma sobrevalorização uma sobredotação do valor, dos 4 milhões, pelo menos em cerca de 980 mil euros; se há uma sobredotação do valor, achamos que há uma sobrevalorização do compromisso, de um certo compromisso com a verdade, que em termos políticos e até institucionais, que deveria haver em relação à Assembleia Municipal como na Câmara Municipal, porque este pedido de empréstimo, nunca foi referido nem na discussão do Orçamento, nunca foi perspectivado, tal como o anterior; julgo que este tipo de decisões tendem a ser melhor aceites e mais entendidas quando são alargadas e julgo que essa cultura democrática ainda está por construir e por solidificar, por parte do executivo, é uma opinião pessoal. Para além disso, parece-nos que estes milhões que estão a ser contratualizados, nada nos garante que fique por aqui, porque vamos entrar numa fase crítica do mandato autárquico, se pensarmos que estamos a perspectivar uma entrada em obra da vila, do Piódão, do Sarzedo e da Câmara Municipal, tudo ao mesmo tempo, não sabemos o que é que pode acontecer, e creia que na minha sinceridade, quando digo que espero que corre tudo bem. O que pode acontecer é que no final do mandato, em resultado desta política de investimento e sobretudo de obra física e de programação financeira, pode resultar que o que temos é o edifício da Câmara recuperado, e Senhor Presidente, permita-me que lhe diga que a sua tentativa de explicar nos



Assembleia Municipal

jornais, lembro-me que a explicação da prioridade de intervenção na Câmara, na penúltima Assembleia, demorou-lhe praticamente 80% do tempo, mais o info-mail que mandou para casa das pessoas, para explicar o porquê de investir um milhão de euros neste edifício, faz-me lembrar um bocado aquela história do comediante, que tem que explicar a piada, ou seja, é uma coisa que não resulta muito bem, quando temos que explicar muito; há uma tentativa de incutir nas pessoas uma necessidade que em termos comparativos com outro tipo de investimento, não seria a nossa. O que pode acontecer é que temos, no final deste mandato, de obras referenciais, o edifício da Câmara recuperado, as calçadas da vila metade delas retocadas, uma Zona empresarial do Sarzedo concluída nos arruamentos, mas tendo em conta o scor de fixação de novas empresas, nos últimos 14 anos, na mesma Zona Industrial, julgo que é baixo, temos duas ou três empresas novas que se instalaram, temos actos falhados de empresas que não concluíram a sua instalação, e temos uma que se calhar pode não ser o melhor cartão de visita para poder instalar outras, mas é uma opinião, e depois temos um dia por ano, do Rali, para animar a malta. Julgo que é pouco e falta que esta contratação de empréstimos e esta hierarquia de prioridades seja muito mais evidente, em termos de ideias diferenciadoras, para poder projectar o concelho. Não temos ainda uma noção concreta da forma de seduzir novos empresários para ocupar zonas empresariais e temos exemplos de espaços empresariais em sítios bastante mais favorecidos, nomeadamente junto a grandes cidades como Coimbra, o caso do IPARQUE, que está construído há muito tempo e tem uma ocupação absolutamente residual e podemos estar aqui, e eu espero que não, a cometer erros do mesmo tipo de intervenção que foram cometidos noutras alturas. Senhor Presidente, era isto que queria dizer, em fundamento do nosso voto contra.-----

-----Ainda a propósito da questão colocada pelo Senhor Presidente da Câmara, no período Antes da Ordem do Dia, não respondemos a isso porque o nosso tempo foi cedido ao Senhor Presidente para nos responder, mas em relação à mini-hídrica, permita-me que lhe diga que é uma surpresa que esse assunto esteja a ser discutido aqui, não ouvi falar de nada, de nenhuma intenção de promotor nenhum, em relação ao efeito; se isso acontecer, sei o lado onde vou estar, certamente não é muito difícil de perceber qual será.”-----

-----O senhor deputado municipal Manuel Augusto Rodrigues saiu da sala de reuniões, deixando de participar nos trabalhos.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “há assuntos em que temos que ser práticos. E este, dada a seriedade do tema, não há outra forma que possa adoptar que não ser absolutamente prático. Então vejamos:---

-----A contracção do empréstimo de 4 000 000€ que hoje temos que votar tem como pressuposto base o investimento a realizar na requalificação e expansão da zona industrial da relvinha certo?-----



Assembleia Municipal

-----Este é um investimento estrutural e fundamental para que Arganil possa evoluir no sentido pretendido em termos de atracção de empresas e correspondente aumento de empregabilidade e fixação de pessoas certo?-----

-----Para se atrair algo temos que nos tornar atractivos primeiro certo?-----

-----Se a minha memória não me falha, e se a minha interpretação estiver correcta, que julgo estar, câmara municipal e assembleia municipal votaram quase sempre em unanimidade todos os pontos que se relacionam com o investimento a realizar na relvinha. Reconhecendo sempre este como um investimento fundamental a realizar no nosso concelho certo? Os únicos apontamentos de dúvida, de que me recordo acerca deste assunto, foram apontes pelo Deputado Miguel Pinheiro, dando nota da importância de atempadamente se pensar num plano de promoção do parque industrial em questão, com o qual, diga-se, concordo plenamente e a abstenção do Sr. Presidente da Junta do Sarzedo aquando da votação da declaração de utilidade pública que declarou o seu voto como devido à defesa de todos os sarzedenses uma vez que alguns envolvidos no processo expropriativo discordavam dos valores apresentados, ou seja, nada que tenha por base estar contra o interesse efectivo do projecto relvinha.-----

-----Corrijam-me então se estiver enganado. Negar o acesso a este financiamento é negar o processo relvinha que é por sua vez negar o desenvolvimento até agora visto por todos como estrutural e fundamental.-----

-----Já aqui ouvimos dizer no passado que todas as grandes obras da região são autoria de governos PS. Ao proceder assim, parece-me que também a nível municipal o PS não vê outra hipótese que não as grandes obras serem todas da sua autoria. Esclareçam-me. Defendem os superiores interesses de Arganil ou do vosso partido? A relvinha é ou não é um investimento que apoiam? O problema é estar a ser executado por outro partido que não o PS ou simplesmente o investimento a realizar na relvinha não é visto pelo vosso partido como positivo?-----

-----Por mais que queira, não consigo entender. Há alguém da estrutura do PS de Arganil que me possa esclarecer sobre o que é pretendido ao divulgarem na vossa página de Facebook e no espaço da oposição no boletim municipal um artigo, que em particular no vosso Facebook tem como título, Município de Arganil necessita de mais um pedido de empréstimo de 4 milhões de euros!!! Dizer que o Município de Arganil necessita de dinheiro emprestado? Meus amigos, é absolutamente natural que necessite, vai investir. Eu lidero uma PME Líder e PME Excelência e também precisei de empréstimos bancários, porquê? Porque investi a um nível que a tesouraria não tem que suportar. Mas isso, eu sei que o PS de Arganil também sabe que é necessário. Entristece-me, mas parece-me que aquilo que é pretendido pelo PS de Arganil com este manifesto de opinião é apenas lançar uma névoa de dúvida sobre a seriedade do rigor da gestão financeira do executivo do município.-----

-----Criar um artigo que faz questão de somar todos os valores de financiamento dos últimos 14 anos da gestão do PSD na câmara municipal e indicar inclusive o valor médio de 1,2 milhões de € de dívida contraída ao ano tem apenas uma finalidade:



Assembleia Municipal

criar dúvida nos Arganilenses sobre o que é a real capacidade dos executivos PSD gerirem com rigor.-----

-----Uma rigorosa indicação de todos os sinais menos ignorando a totalidade dos sinais mais parece-me no mínimo desonesto. Seria razoável uma referência a temas como as obras realizadas, a evolução da dívida absoluta, os prazos de pagamento a fornecedores praticados por este município e etc. Caso se diga que o endividamento total registado no final de 2019 é o menor dos últimos 20 anos e que esta câmara pratica prazos médios de pagamento a fornecedores de 20 dias os argumentos apresentados caem redondos.-----

-----Se era para ser um tiro no porta-aviões, este tiro não acerta sequer no tabuleiro. A dívida contraída tem como finalidade a realização de investimento a um nível nunca visto no passado. A contracção de dívida é amplamente superada pelo volume de investimento público realizado no Município, isto é factual, concorde-se ou não com os investimentos realizados. E na maioria deles até a oposição tem concordado.-----

-----Façamos também uma análise ao exposto na proposta de financiamento que hoje votamos. 0,35%+Euribor a 6 meses. Não sou expert na negociação de crédito, mas tenho umas luzes na matéria. Sabem o que é necessário para conseguir uma taxa a este nível para um médio longo prazo? Credibilidade financeira. Uma imagem sólida e séria associada. É isso que é necessário. E quem no dia-a-dia tem por tarefa analisar a credibilidade financeira de quem recorre ao crédito, classifica o Município de Arganil como muito credível.-----

-----Senhores, pensemos em conjunto. Se a imagem financeira associada ao Município de Arganil fosse aquela que a nossa oposição quer fazer passar acham que alguém confiaria 4 000 000€ a uma taxa de juro tão baixa? Se assim fosse haveria duas hipóteses. Ou não financiavam ou as taxas de juro seriam bem mais elevadas.-----

-----Senhor Presidente, valorizemos o que devemos valorizar e sigamos em frente rumo aos nossos objectivos. Financie o necessário para que este investimento se torne uma realidade e despenda os seus esforços naquilo que é verdadeiramente importante. Execute a obra e desenvolva um projecto sólido, coerente e frutífero atempadamente para que Arganil conte de futuro com mais indústria, mais serviços, mais emprego e mais população activa no seu município. Isso sim é verdadeiramente importante.-----

-----Aprez-me dizer ainda que, se calhar, se pegarmos em exemplos mais válidos do que propriamente o exemplo de Coimbra, que eu não considero sequer exemplar a nível daquilo que são as suas promoções, ou as suas formas de se tornar atractivas, se pegarmos em exemplos como Cantanhede, se calhar vemos que as apostas em parques comerciais e a tentativa de fixarmos indústria nos nossos concelhos, efectivamente não pode ser, em situação alguma, considerada um desperdício. “-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **António João Lopes** para dizer que “eu irei abster-me neste projecto porque tenho muito poucos dados; primeiro, considero este



Assembleia Municipal

empréstimo exagerado para um parque industrial; ou aquilo pressupõe grandes movimentações de terra ou há qualquer gasto que me parece exagerado. Eu participei em projectos de parques industriais que eram uma ninharia, ia-se fazer um parque industrial numa zona plana, faziam-se ruas, esgotos, energia e pouco mais, nada desta natureza. Por isso, pela tendência que existe actualmente de pouca agregação a parques industriais, e na realidade quantos lugares estão vagos nos nossos parques industriais de Côja, S. Martinho e da Relvinha? Parece-me que há lugares vagos mais do que suficientes. Por isso eu julgava que procuraríamos aqui uma situação mais cómoda para criação de postos de trabalho, ou pelo menos em oposição a esta situação, eu sugeria que investíssemos muito mais no aproveitamento das riquezas da serra, isto é, aqueles assuntos de que falámos há pouco, dos rebanhos, as abelhas, e energia eólica; quanto à energia hidráulica, que foi falado, não conheço o projecto por isso também não me pronuncio; é a primeira vez que estou a ouvir falar do projecto da zona de Côja, havia realmente há muitos anos um outro muito mais abaixo, junto a Rio de Moinhos, mas a dimensão não justificava. Quanto às referências ao Rali, meus amigos, olhem para os números da estatística, 400 mortos no último ano, no penúltimo, 512 e são mortos no acidente de trânsito e associado a este fenómeno estão 3-4 vezes mais de gente estropiada; eu acho que devíamos ter muito cuidado porque o Rali cria essa noção, que ouvi de todos, o nervosismo que depois, quando pegamos no volante, somos todos grandes condutores de ralis.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “começar por clarificar que os números e a matemática têm esta grandeza, que é serem como o algodão, não enganam. Para que nenhum de nós se mantenha enganado, ou equivocado, eu remeta particularmente o senhor deputado Miguel Pinheiro, para a página 4 do Relatório Financeiro, que foi distribuído com a documentação desta Assembleia Municipal, para constatar que em 2005 a dívida do município era de 7.804.000,00€ e em 31 de Dezembro de 2019 era de 2.337.981,92€; penso que isto deve clarificar e ajudar a esclarecer as suas dúvidas, relativamente à situação financeira do município, que fruto de muito trabalho e muito esforço, conseguimos recuperar ao longo destes 14 anos de que fala. Não deixa de ser curioso, aliás mesmo muito curioso, que tenha optado por ir buscar a realidade de há 14 anos, para andar a somar valores de empréstimos, mas devo dizer-lhe que aquilo que o município pagou, nestes 14 anos, foi bem mais do que aquilo que se financiou; e aliás, em 2006, financiou-se para pagar dívida da qual o senhor também foi co-responsável, no mandato que exerceu neste município; volto a dizer, era de 7.804.000,00€. Penso que é capaz de ser um bocado arriscado querer falar de contas públicas, de uma gestão rigorosa, de honrar os compromissos a tempo e horas, porque senhor deputado municipal, nessa matéria pode ter a certeza que não me dá rigorosamente nenhuma lição. Deu muito trabalho? Deu, mas foi possível fazer deste município uma entidade exemplar do ponto de vista do comportamento perante os seus parceiros. Tanto assim é, que para além de se ter registado em 2019, volto a repetir, o valor de



Assembleia Municipal

dívida mais baixo dos últimos 20 anos, paralelamente a isso, mantemos uma prática de pagamento com prazos bastante reduzidos, 20 dias em termos de prazo médio de pagamentos, que confronta com os 386 dias de prazo médio de pagamentos que era praticado em 2005. Se quiser trilhar este caminho, daquilo que é o comportamento, daquilo que é a responsabilidade da Câmara Municipal em matéria financeira, tenho para mim que é capaz de ser um caminho arriscado; provavelmente será um caminho mais arriscado do que o caminho do Rali e portanto com mais perigo. Espero que estas tentativas de lançar os mantos de nevoeiro que fiquem por aqui, porque sinceramente não me apetecia ir buscar coisas d há 14 anos, mas tenho obrigação de lembrar que o primeiro financiamento que foi contraído em 2006, foi contraído para pagar a dívida que ficou em 2005. Lamento que não goste de ouvir, mas é a verdade; é o compromisso que temos com a verdade, que as coisas sejam absolutamente claras. Em relação a este financiamento, não deixa de ser curioso; por um lado, penso que os senhores se mantêm favoráveis a este processo de requalificação e ampliação da Zona Industrial da Relvinha, aliás, processos aos quais se associaram; não deixa de ser curioso que na hora de pagar não se associem àquele que é o instrumento para pagar este investimento. O caminho era fazer dívida e não pagar, como há uns tempos atrás? Isso actualmente, e bem, nem sequer é possível legalmente. Ou garante os meios financeiros ou pura e simplesmente não tem os vistos para a empreitada. É disso que estamos a falar. Também não deixa de ser curioso que se fale destes exercícios de sedução quando objectivamente não há voto. Nós se quisermos ir à procura de empresários, o mínimo que temos que fazer, é ter condições para os acolher na hora, não é dizer-lhes que daqui a dois anos talvez tenhamos um lote para os acolher. Obviamente que a questão da captação de investidores é uma preocupação, mas no dia em que iniciarmos esse processo, temos que ter um horizonte temporal muito definido relativamente ao momento em que temos espaço para os acolher e nessa matéria em particular, partilho da sua preocupação, tal como partilho da preocupação manifestada pelo senhor deputado Christophe Coimbra, que foi muito objectiva e muito circunscrita aquilo que é verdadeiramente importante. O meu compromisso, e já o disse várias vezes, é no dia em que iniciar esta empreitada, essa será uma nova responsabilidade, procurar investidores, procurar interessados em vir para o nosso concelho. A este respeito, eu que poucas vezes critico o Governo, principalmente em situações que são absolutamente prejudiciais para o território, quero aqui fazer uma nota muito positiva, das palavras que ouvi há dias por parte da senhora Ministra da Coesão, e também da Senhora Ministra da Segurança Social, uma em público e outra em privado, que falaram ambas daquilo que é a proposta do Governo para potenciar a captação de investimento para o interior, nomeadamente assegurando a comparticipação dos vencimentos dos funcionários, principalmente pessoal qualificado, que decida fixar-se no Interior. Nesta matéria devo dizer-lhe que partilho da visão do Governo, particularmente da visão destas ministras que referi há pouco e parece-me que é exactamente o caminho de que necessitamos para dar a volta



Assembleia Municipal

àquilo que é a situação crítica de todo o Interior de Portugal. O senhor deputado resolveu também fazer um exercício colocando-me ao nível do comediante falhado, parece-me que tentou fazer um exercício de acrobacia, provavelmente ao mesmo nível de desempenho do comediante falhado, mas devo dizer-lhe que nós temos obrigação de prestar contas e temos obrigação de justificar o dinheiro que gastamos; já disse aqui mais do que uma vez que não é com nenhuma decisão de gosto pessoal que investimos e assumimos a responsabilidade de executar este investimento no município, mas temos a obrigação de manter aquilo que são as características deste edifício, principalmente temos a obrigação de não ignorar os alertas, que são alertas técnicos, relativamente ao risco que aqui existe. Registo com curiosidade o exercício que aqui tentou fazer, mas do nosso lado aquilo que temos é um exercício de responsabilidade e uma obrigação de prestar contas relativamente às opções que tomamos. Resolveu também fazer o cálculo, parece-me que é um cálculo pertinente, do número de empresas instaladas no concelho no período de 14 anos, acho que deve alargar esse exercício aos últimos 20, para ver se houve alguma oscilação, se os números de 14 anos não serão coincidentes com os números dos últimos 20 anos; se calhar vai chegar à conclusão que o número é exactamente o mesmo.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, acho que já me referi relativamente aos vários aspectos que focou, mas disse exactamente aquilo que é o entendimento da Câmara Municipal relativamente a este assunto. Devo dizer que às vezes temos que olhar para estes processos não numa realidade como a que aqui foi citada, do IPARQUE de Coimbra, mas podemos olhar mais para perto, nomeadamente para aquilo que aconteceu com a recente ampliação da área de localização empresarial de Mortágua, para constataremos que tendo sido concluída há menos de dois anos, está neste momento totalmente ocupada; é este exercício que temos que fazer, é olhar para aquilo que à nossa volta acontece de positivo e que pode até contaminar positivamente a situação do nosso concelho, e não olhar para realidades que são realidades muito específicas de situações muito específicas, como é o caso do IPARQUE em Coimbra.-----

-----Quanto à intervenção do senhor deputado António João Lopes, nós temos a vicissitude de termos um concelho que maioritariamente é um concelho de montanha, e portanto não é fácil, de facto, quando se faz a instalação ou a ampliação de um parque industrial, ficarmos pelas vias; há mobilização de terras que é necessário fazer, por isso também é que há muito se defende ou pelo menos os autarcas do Interior defendem, que deve existir alguma diferenciação inclusivamente nos mecanismos de apoio, porque as coisas custam mais a acontecer em territórios como o nosso do que em territórios com orografia mais simples. Mas devo dizer-lhe que da sua intervenção registo também a preocupação relativamente ao aproveitamento do potencial do nosso território que está considerado neste projecto, mas está também considerado noutros projectos que estamos a desenvolver.”-----



Assembleia Municipal

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para dizer “oh Senhor Presidente, o Senhor é um homem das finanças, é um homem da contabilidade, e sente-se como peixe na água para falar nisto, mas escusa de dizer veja lá, não queira trazer isso...nós estamos aqui a fazer discussão política e o senhor pode conduzir a discussão política para onde quiser, eu não tenho problemas em falar de assunto nenhum, e não falo do que não sei e não falo de assuntos que não conheço; creia que não tenho medo nenhum de falar consigo sobre a arqueologia política que propõe, até porque se pagou em 2005 ou em 2006 as dívidas que herdou, o Partido Socialista fez o mesmo nos mandatos todos que teve para trás e isso não faz daquele, momento histórico, nem gente mais digna e menos digna dos que vieram antes disso; a Câmara Municipal é uma entidade e é uma instituição que está acima dos partidos e é uma pessoa colectiva de bem, tem que pagar as suas dívidas, sejam elas quais forem; não vamos agora andar aqui continuamente a dizer só porque eu levanto questões, dizer que no seu tempo, pagava-se a não sei quanto, há uma história política sobre isso, há eleições sobre isso, as pessoas fizeram as suas escolhas e temos que fazer a percepção política actual sobre as suas escolhas actuais. Já disse isto aqui uma vez, acho que o escrutínio político que a Oposição faz, se for tido como positivo e construtivo, faz de si melhor Presidente, e é para isto que cá estamos também; e creia que, com certeza, pelo menos faz de si um Presidente mais atento ou pelo menos, deveria fazer, e eu julgo que sim. Não me parece que haja problemas da parte do Partido Socialista, que está muito bem com a sua história, está de bem e pacificamente com a sua passagem pela gestão autárquica, e falo disso as vezes que for preciso. Sobre os valores da dívida dessa altura, também já variaram muito e já andaram a deambular por números muito diferentes. Em relação ao empréstimo de que estamos a falar, não somos contra o empréstimo, e eu fui claro na minha primeira intervenção, não somos contra haver empréstimos, e a autarquia precisa deles para funcionar; pomos em causa o valor e pomos em causa esta questão da suposta excelência de gestão financeira, até porque a evidência de algum destes empréstimos, para questões de tesouraria, são assumidas nos documentos técnicos que chegaram à reunião de Câmara, portanto também é para resolver situações de gestão do dia-a-dia. O que realmente nos constrange é esta situação da capacidade do município em fazer deste investimento um investimento de capital sólido e de sustentabilidade futura; eu gosto muito de ouvir o senhor deputado Christophe a demonstrar e a expressar a sua fé e a sua crença em que realmente este investimento vai ser efectivo. Eu espero, pois ele é empresário, que possa fazer também parte do conjunto dos potenciais interessados em investir e em fixar-se no concelho, ou fazer parte dos agentes promotores do investimento, trazendo novas formas de fixação de pessoas e de emprego; estamos a caminhar para uma efectivação de inverno demográfico, vai provocar transformações, algumas psicologicamente difíceis, até aqui nos fóruns em que estamos, na Câmara Municipal com menos vereadores e na Assembleia Municipal com menos deputados, e isso só se combate com medidas diferenciadoras de



Assembleia Municipal

fixação de população. Se eu acho que é com empresas que se instalam e as pessoas o que têm é o cão à porta e uma pessoa no escritório, não, se calhar não, se calhar investimentos diferenciadores na área do Turismo, na dignificação do mundo rural e nas actividades complementares, como muitas vezes fala o deputado António João Lopes, se calhar traria muito mais retorno a todos os níveis. Em relação ainda a esta parte, eu notei foi aqui dois pesos e duas medidas, porque o senhor Presidente quer falar da dívida, puxar para 2005 na parte das dívidas e não vai mais atrás, mas já queria ir mais atrás na fixação das empresas; podemos olhar para o concelho realmente com uma amplitude maior, ler para onde é que estamos a ir e nós temos uma visão pessimista em relação ao caminho traçado, é verdade, em relação ao potencial que vemos no concelho de Arganil, achamos que a navegação está a ser uma navegação à vista; os senhores têm outra visão, mais uma vez, por isso é que este equilíbrio de forças é importante.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Elisabete Oliveira** para dizer que “não me quero alongar muito na minha intervenção, porque acho que estamos aqui para falar de coisas concretas, como esta que estamos a discutir, com real interesse na vida das pessoas, dos arganilenses e do concelho, mas depois há aqui certos comportamentos e um certo discurso que me vão incomodando e que acho importante, da parte da bancada do PSD, que haja aqui algum tipo de clarificação e de esclarecimento, em relação a algum tipo de discurso que se vai usando com alguma frequência. Falou-se novamente de um termo que, de facto, é caro à bancada do Partido Socialista, que tem a ver com a arqueologia política, neste sentido de estarmos a ir procurar ao passado todas as justificações e explicações para aquilo que vai acontecendo, mas ao longo das intervenções que hoje foram tidas, sobretudo da parte do senhor vereador Miguel Pinheiro, podíamos chegar aqui a outra também que me parece futurologia política fatalista; aquilo que me preocupa não é que tenhamos percepções diferentes, concordo inteiramente que isso é, aliás, tão válido quanto expectável, mas aquilo que me preocupa é que, ainda que acredite que não seja isso que acontece, é que olhando para o investimento que está a ser feito, haja uma certa preocupação da parte do Partido Socialista das consequências positivas que daí possam advir, volto a dizer, que é uma expectativa que eu espero que não se confirme e que seja uma percepção errada da minha parte, porque há aqui uma atenção selectiva, em psicologia este processo explica-se, porque há uma atenção selectiva para tudo aquilo que pode ser visto como negativo, volto a dizer, pode ser visto, porque nós não pegamos em factos concretos, pegamos em investimentos concretos e no presente, e olhamos para o futuro e expectamos que daí só podem vir desgraças. Falámos hoje do papel da Oposição, e eu acho que esse não é o papel da Oposição, porque estou certa que todos os deputados aqui, o que pretendem, pelo menos é o que é dito e espero que isso se efective, é que estes investimentos possam ter os melhores resultados para Arganil e para os arganilenses. O que me parece que poderá estar a acontecer, volto a dizer que espero estar enganada na percepção que vou tendo, é que há aqui uma tentativa de



Assembleia Municipal

escurecer o que está a ser feito e um grande investimento que está a ser desenvolvido em diferentes áreas, para que de alguma forma, perante estas desconfianças que vamos colocando, não se possa ver o trabalho que está a ser realizado; acho que isso não é responsável e volto a dizer que julgo, e espero estar enganada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para responder ao senhor deputado Miguel Pinheiro; “efectivamente, tenho muita fé neste processo, tenho uma fé inabalável, e naquilo que depender de mim, e no que me for possível, gostaria, enquanto empresário, de fazer investimento neste concelho porque identifico-me muito com as minhas origens, embora não tenha nascido em Portugal, as minhas origens estão aqui. Dizer também que do grupo de empresas das quais faço gestão, da totalidade dos mais de 75 colaboradores que já empregamos, cerca de 30 são pessoas que têm morada neste concelho, e muito me orgulho em poder contribuir com a colocação, julgo eu, de riqueza na mão dessas pessoas, para que elas possam, e nalguns casos até teimosamente, morar e desenvolver a sua vida aqui, no concelho de Arganil.”-----

-----Pedi ainda a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** “apenas para esclarecer a situação colocada pela deputada Elisabete Oliveira; não se trata de fatalismo nem de teoria do caos, em que tudo vai correr mal. Precisamente por percebermos que o estatuto e o papel da Oposição deve ser precisamente e sobretudo alertar para o que pode correr mal, porque geralmente o que temos na bancada da situação, é um conjunto de intervenções que, eu acho que nunca aconteceu haver uma crítica expressa a alguma indecisão, hoje houve aqui uma situação, até porque já tivemos intervenções de reconhecimento da ação do município; mas temos papéis distintos, se eu tiver que fazer o papel de grilo falante e de advogado do diabo, para chamar a atenção e para que todos os assuntos sejam discutidos, acho que é para isso que fui eleito; não posso deixar de expressar preocupação quando olho para trás e o scor e o registo e a performance de fixação de investimento associado a políticas estratégicas definidas pelo município, é muito sofrível; portanto, só posso projectar futuro tendo em conta a matriz que tenho para trás, e é nesse sentido que as nossas preocupações acontecem e é óbvio que, como disse, e reconheço que vamos entrar numa fase crítica do mandato, em termos de obra física, e espero que as coisas corram bem, não me interessa nada vir para aqui falar mal ou dizer mal e apontar apenas as coisas complicadas, mas também tenho a certeza que para dizer bem do executivo, também não preciso gastar o tempo do Partido Socialista; certamente que terão advogados de defesa e de reconhecimento. É este equilíbrio, mais uma vez, que eu acho que engrandece e ajuda a própria ação do executivo.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “dizer que a senhora deputada Elisabete Oliveira acabou de me dar razão relativamente a uma leitura que às vezes faço, que é ter algum receio de falar com os psicólogos porque fico sempre



Assembleia Municipal

a questionar-me se me estão a avaliar ou se estão a falar comigo; a senhora deputada Elisabete Oliveira acabou por fazer aqui uma consulta em directo e registo com particular interesse a leitura que fez.-----

-----Senhor deputado Miguel Pinheiro, quero aqui clarificar, porque depois de eu ter esclarecido aquilo que esclareci, volta a insistir na questão dos problemas do dia-a-dia e penso que tinha ficado claro, não há aqui problemas do dia-a-dia particularmente em matéria financeira e custa-me que utilize esse argumento, que é um argumento que não é factual, que não é rigoroso, que pode ser politicamente aceitável, mas não é honestamente razoável, muito menos tem correspondência com a realidade. Acabei de lhe dizer há pouco que fechámos o ano de 2019 com o valor mais baixo de dívida dos últimos vinte anos; fui claro em relação a isso; recuei nos números de 2005, mas falei do valor mais baixo de dívida dos últimos 20 anos. E estamos a falar nos últimos 14, de um período em que temos contas auditadas, que temos contas certificadas; permita-me lembrar que fomos o primeiro município do país, antes disso ser obrigatório, a implementar a certificação de contas. Não tenho qualquer dúvida nem qualquer problema em afirmar e reafirmar os números que aqui trago que volto a dizer, são validados por entidades idóneas e independentes. Queria apelar a que revisse essa sua leitura dos problemas do dia-a-dia, que não tem conformação com a realidade, é uma miragem, é um exercício que não passa mesmo disso, é um exercício de acrobacia que não tem adesão com aquilo que é a realidade prática; aliás, falou deste caso por causa da questão do financiamento de 600 mil euros, porque eu fui muito claro relativamente a esta matéria, e está certamente reportado nas actas da reunião de Câmara, isto tem a ver com a necessidade de concretizar as aquisições dos terrenos da ampliação da Relvinha, um processo que não estava ainda concluído e que tem que estar concluído a tempo de podermos iniciar rapidamente a empreitada; dizer que são problemas do dia-a-dia, não tem correspondência com a realidade.-----

-----Há também alguns considerandos que fez, alguns merecem a minha discordância, outros merecem a minha concordância, nomeadamente o que referiu quanto àquilo que é uma obrigação das entidades públicas, nomeadamente comportarem-se como pessoas de bem, é isso que fazemos, por isso é que honramos os compromissos a tempo e horas, por isso é que não protelamos os pagamentos, por isso é que temos prazos médios de pagamento de vinte dias, é precisamente por causa disso, porque temos obrigação de nos comportarmos, nesta matéria, como uma pessoa de bem.-----

-----Quanto à questão do escrutínio, obviamente que é a vossa obrigação, aliás, nem se esperava outra coisa daquilo que é a bancada da Oposição, é fazer oposição é esse o papel da bancada da Oposição, é não ser a bancada da situação, como referiu.-----

-----Quanto à questão do valor, senhor deputado, ele está demonstrado numa tabela que consta do processo, portanto é fácil de concluir; não estamos a falar de valores estimados, estamos a falar de valores rigorosos dos procedimentos que estão neste



Assembleia Municipal

momento com decisões de contratação, são absolutamente rigorosos, não têm nem um cêntimo a mais nem a menos.-----

-----Quanto à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, não posso deixar de registar que, sendo um empresário que está nesta Assembleia Municipal, não posso deixar de registar, pelo menos foram os números que vi em 2019, em 2020 os números relativos a 2019 ainda não os vi, mas não posso deixar de registar a circunstância de ser o empresário com a segunda maior empresa do concelho de Tábua; penso que isso para nós também é motivo de regozijo; o desafio que lhe deixo, sendo possível, dentro das suas intenções de investimento, é que também, no futuro, não perca de vista o território do concelho de Arganil.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 6 votos contra, 2 abstenções e 25 votos a favor, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/43/2020, aprovar o seguinte:-----

---a) a contratação de empréstimo de longo prazo, no montante de 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros), para ampliação do Pólo Industrial da Relvinha Oeste e Qualificação do Pólo Industrial da Relvinha Este;-----

---b) a contratação deste financiamento junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL.-----

---c) a assunção de compromisso plurianual nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

3 - Apreciação e votação da proposta de Revisão Orçamental nº 1/2020.-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/29, datada de 25/01/2020, da técnica superior Joana Duarte, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Sr. Presidente-----

-----Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e de alterações (8.3.1.2 do POCAL).-----

-----No orçamento para 2020 não foi incluída a rubrica 2018/22 1 1 Redes Wi-Fi Smart Lands nem a rubrica 2017/20 Fecho do Sistema de AA de Feijoaal - Ligação alta-baixa (Feijoaal - Bufalhão) pelo motivo de que os projeto terminariam em 2019. No entanto, essa situação não se verificou pelo que se considera necessário inscrever as referidas rubricas no orçamento de 2020.-----

-----A rubrica da despesa 020204 locação de edifícios também não se encontra aberta em orçamento e será também esta objeto de inclusão.-----



Assembleia Municipal

-----O tipo de modificação tem em conta a manutenção da despesa global com redistribuição de dotações, cuja característica é a de abertura de novas rubricas orçamentais e ou novas ações, pelo que, o procedimento a adotar tratar-se-á de uma revisão orçamental (ponto 8.3.1.4 do POCAL) cujos registos devem utilizar os mapas 8.3.1.1 e 8.3.1.2 ou 8.3.2.-----

-----O Município de Arganil contraiu um empréstimo de curto prazo no valor de 600.000,00€ para fazer face a dificuldades pontuais de tesouraria.-----

-----Relativamente à contabilização dos empréstimos a receita é registada na rubrica da receita 12.05.02 Passivos financeiros - Empréstimos a curto prazo - Sociedades Financeiras e a despesa/pagamento é registada na rubrica 10.05.03 - Passivos financeiros - Empréstimos de curto prazo - Sociedades Financeiras - Bancos e outras Instit. Financeiras.-----

-----Sendo também necessário dotar a rubrica 03.01.03.01 - Juros e outros encargos - Juros da dívida pública - Socied. Financ.-Bancos e outras instit. Financeiras - Empréstimo de curto prazo.-----

-----Atendendo ao disposto na alínea d) do ponto 3.3.1 do POCAL, "as importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respetivo contrato", pelo que em sede de elaboração do orçamento inicial, não devem constar as respetivas importâncias a contratar.-----

-----Aprovado o montante do empréstimo a contratar para o ano pelo órgão competente, proceder-se-á, de acordo com a legislação, à sua efetiva contratação, à correspondente inscrição orçamental da receita e à inscrição das despesas que decorrerão com o seu pagamento.-----

-----Assim, propõe-se a revisão Orçamental nº1/2020 anexa.-----

-----Mais informo que a Câmara Municipal deve deliberar no sentido de submeter à Assembleia Municipal a 1.º Revisão ao Orçamento e GOP's de 2020, uma vez que, nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 33.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da mesma elaborar e submeter para aprovação da assembleia Municipal as revisões ao Orçamento e Opções do plano, para que esta delibere, ao abrigo da alínea a do n.º1 do artigo 25.º do mesmo diploma.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** explicou que "isto está relacionado com dois projectos que deviam ter ficado concluídos no decurso de 2019, essa era a informação que existia por parte das empresas que estavam no processo, tal não aconteceu e face não se ter considerado no Orçamento e nas GOP estas rubricas para 2020, temos agora que as considerar, para poder manter os projectos. Depois há mais duas situações, nomeadamente com as rubricas dos financiamentos e com a rubrica de locação de edifícios, mas são estas as três situações."-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/29/2020, aprovar a Revisão Orçamental nº 1/2020.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos quarto ao décimo sétimo fossem apreciados em conjunto, tendo a Assembleia Municipal concordado com a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/31, datada de 31/01/2020, da técnica superior Lúcia Coimbra, referente aos pontos 4º ao 17º, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.^a Ex.^a e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibera sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.^a Ex.^a para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com as Freguesias de Arganil, Celavisa, Folques, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo, Secarias, Benfeita, Piódão, Uniões de Freguesias de Cepos e Teixeira, Cerdeira e Moura da Serra, Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anseriz, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos, no valor que ascende 299.966,29€, para a qual existe, nesta data, dotação disponível no orçamento municipal na rubrica 08050102 – Freguesias, conforme informação de cabimento que se anexa a que corresponde o número sequencial 24297 datado de 31 de janeiro de 2020, contendo as cláusulas que nele deverão ficar consignadas, destacando-se, pela sua importância, as seguintes:-----

• Objeto e Valor das comparticipações:-----



Assembleia Municipal

- Freguesia de Arganil: “Pavimentação de Rua entre a Escola e o cimo da Rua da Capela no Rochel”: 16.434,24€ (dezasseis mil quatrocentos e trinta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos);-----
- Freguesia de Celavisa: “Requalificação de diversas infraestruturas da Freguesia de Celavisa: Reparação de escadarias em Travessas; Colocação de guardas em madeira tratada no Caratão; Embelezamento de muros na Tapada -Celavisa; Embelezamento do Parque João Dias de Almeida em Celavisa; Reconstrução de ponte pedonal no Lagar do Mosteiro Celavisa” : 18.000,00€ (dezoito mil euros);-----
- Freguesia de Folques: “Abate de árvores secas, queimadas ou projetadas sobre as vias na freguesia de Folques; Pavimentação da Rua Principal - 1ª Fase na localidade de Monte Redondo”: 10.848,01€ (dez mil oitocentos e quarenta e oito euros e um cêntimo);-----
- Freguesia de Pomares; “Aquisição de terreno para futuro Parque de Estacionamento e Estaleiro da Junta de Freguesia de Pomares; Abate de árvores queimadas na área da Faixa de Gestão de Combustíveis”: 22.475,70€ (vinte e dois mil quatrocentos e setenta e cinco euros e setenta cêntimos);-----
- Freguesia de Pombeiro da Beira: “Beneficiação das Ruas do Carvalhinho e da Gândara, no lugar de Roda; Calçetamento em cubos de granito da Rua da Mourisca, no Vale do Maladão, Largo de Santa Ana, nos Covais, Travessa do Outeiro na Aldeia Nova e melhoramento dos passeios do cemitério de Pombeiro da Beira”: 27.500,00€ (vinte e sete mil e quinhentos euros).-----
- Freguesia de São Martinho da Cortiça: “Requalificação e modernização das instalações do rés-do-chão do edifício Sede da Junta de Freguesia”: 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros);-----
- Freguesia de Sarzedo: “Cobertura do palco do Largo do Outeiro e rampa de acesso às instalações sanitárias”: 20.000,00€ (vinte mil euros);-----
- Freguesia de Secarias: “Requalificação da Praia da Cascalheira”: 13.000,00€ (treze mil euros);-----
- Freguesia de Benfeita: “Execução de contenção de talude na estrada Benfeita - Luadas;-----
Muro de contenção de estrada em Pai das Donas”: 20.000,00€ (vinte mil euros);-----
- Freguesia de Piódão: “Calçetamento com pedra de xisto de uma rua na localidade de Tojo”: 20.000,00€ (vinte mil euros);-----
- União de Freguesias de Cepos e Teixeira: “Substituição da cobertura do edifício do restaurante Miradouro em Cepos; Limpeza de arvoredos queimados das estradas municipais situadas no interior da União de Freguesias de Cepos e Teixeira”: 28.400,00€ (vinte e oito mil e quatrocentos euros);-----
- União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra: “Construção de Novo Cemitério na Cerdeira - 1ª Fase; Alcatroamento de troço na aldeia da Mourísia; Aquisição de Mini Retroescavadora; Abate de árvores queimadas na área da Faixa de Gestão de Combustíveis”: 47.574,14€ (quarenta e sete mil quinhentos e setenta e quatro euros e catorze cêntimos);-----



Assembleia Municipal

---União de Freguesias de Côja e Barril de Alva: “Pavimentação na aldeia da Esculca; Intervenção na Rua das Corgas, relativamente às águas pluviais; Vedações em Barril do Alva e Esculca; Reabilitação do pavimento da Praça junto ao Pelourinho; Execução de pavimentos em paralelos na Rua Joaquim Mendes Oliveira; Execução de pavimentos em paralelos na Rua da Levada; Execução de pavimentos em paralelos na Rua Coberto - Pisão; Execução de pontão na Ribeira do pisão (Prado)”: 34.600,00€ (trinta e quatro mil e seiscentos euros);-----

---União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz: “Beneficiação da Zona Balnear de Vila Cova de Alva; Desobstrução e limpeza da Rua da Fonte do Meio em Anseriz, Serviços de limpeza no Largo Capitão António Alves da Cruz em Vila Cova de Alva”: 8.634,20€ (oito mil seiscentos e trinta e quatro euros e vinte cêntimos).-----

---• Prazo de Vigência:-----
-----Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;-----

---• Pagamento: 2 Prestações: 1.^a Prestação, no valor de 50%, até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e a 2.^a Prestação, no valor de 50%, aquando o cumprimento total do objeto dos contratos e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa.-----

---• Prazo de cumprimento: até ao final de 2020-----

---• Incumprimento: A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;-----

---• Acompanhamento e controlo: O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----

-----Anexo minuta dos contratos programa, informação de cabimento.-----

-----À Consideração Superior,-----

4 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Arganil, com vista a compartilhar financeiramente as obras de pavimentação de Rua entre a Escola e o cimo da Rua da Capela no Rochel, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

5 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Benfeita, com vista a compartilhar financeiramente as obras de execução de contenção de talude na estrada Benfeita - Luadas; muro de contenção de estrada em Pai das Donas, a realizar pela Junta de Freguesia.-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Benfeita.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

6 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Celavisa, com vista a compartilhar financeiramente as obras de requalificação de diversas infra-estruturas na freguesia: reparação de escadarias em Travessas; colocação de guardas em madeira tratada no Caratão; embelezamento de muros na Tapada, embelezamento do Parque João Dias de Almeida; reconstrução de ponte pedonal no Lagar do Mosteiro, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Celavisa.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

7 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Folques, com vista a compartilhar financeiramente os serviços de abate de árvores secas, queimadas ou projectadas sobre as vias na freguesia de Folques e obras de pavimentação da Rua Principal - 1ª Fase, na localidade de Monte Redondo, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Folques.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

8 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Piódão, com vista a compartilhar financeiramente as obras de calcetamento com pedra de xisto de uma rua na localidade de Tojo, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Piódão.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

9 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pomares, com vista a compartilhar financeiramente a aquisição de terreno para futuro parque de estacionamento e estaleiro da Junta de Freguesia e serviços para abate de árvores queimadas na área da faixa de gestão de combustíveis, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Pomares.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

10 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira, com vista a compartilhar financeiramente as obras de beneficiação das Ruas do Carvalhinho e da Gândara, no lugar de Roda; calcetamento em cubos de granito da Rua da Mourisca, no Vale do Maladão, Largo de Santa Ana, nos Covais, Travessa do Outeiro na Aldeia Nova e melhoramento dos passeios do Cemitério de Pombeiro da Beira, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Pombeiro da Beira.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

11 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, com vista a compartilhar financeiramente as obras de requalificação e modernização das instalações do rés-do-chão do edifício sede da Junta de Freguesia, a realizar pela Junta de Freguesia. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

12 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Sarzedo, com vista a compartilhar financeiramente as obras de cobertura do palco do Largo do Outeiro e rampa de acesso às instalações sanitárias, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Sarzedo.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

13 - Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Secarias, com vista a compartilhar financeiramente as obras de requalificação da Praia da Cascalheira - 2ª fase, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Secarias.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

14 - Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira, com vista a compartilhar financeiramente as obras de substituição da cobertura do edifício do Restaurante Miradouro, em Cepos; limpeza de arvoredos queimados nas estradas municipais situadas no interior da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, a realizar pela União das Freguesias.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

15 - Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, com vista a compartilhar financeiramente as obras de construção de novo Cemitério na Cerdeira - 1ª Fase; alcatroamento de troço na aldeia da Mourísia; aquisição de Mini Retroescavadora e serviços para abate de árvores queimadas na área da faixa de gestão de combustíveis, a realizar pela União das Freguesias.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

16 - Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a compartilhar financeiramente as obras de pavimentação na



Assembleia Municipal

aldeia da Esculca; intervenção na rua das Corgas relativamente às águas pluviais; vedações em barril de Alva e Esculca; reabilitação do pavimento da Praça junto ao Pelourinho; execução de pavimentos em paralelos na Rua Joaquim Mendes Oliveira; execução de pavimentos em paralelos na Rua da Levada; execução de pavimento da Rua Coberto – Pisão; execução de pontão na ribeira do Pisão (Prado), a realizar pela União das Freguesias.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

17 - Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, com vista a compartilhar financeiramente as obras de beneficiação da Zona Balnear de Vila Cova de Alva; desobstrução e limpeza da Rua da Fonte do Meio em Anseriz e serviços de limpeza no Largo Capitão António Alves da Cruz em Vila Cova de Alva, a realizar pela União das Freguesias.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 33 votos, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

18 – Para conhecimento - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas – Compromissos Plurianuais; Pagamentos em Atraso; Recebimentos em Atraso - a 31 de Dezembro de 2019.-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/21, datada de 17/01/2020, da coordenadora técnica Ana Luzio, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Considerando o estipulado na Lei nº 8/2012, na sua atual redação, por força do artigo 15º do citado diploma, preconiza de carácter obrigatório que até 31 de janeiro de cada ano se deve "declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais e identificar, em declaração emitida para o efeito, todos os pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de dezembro do ano anterior".-----



Assembleia Municipal

-----Estipula ainda que, as declarações supra referidas, deverão ser remetidas à assembleia municipal e à câmara municipal, pelo que proponho a V. Exa o envio das declarações que ora anexo à presente informação.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir “uma curiosidade, que é esta questão de que falámos há uns tempos atrás, da possibilidade da Câmara se ter candidatado ao apoio ao combate e ao controlo dos ninhos da vespa velutina, que dava até 10 mil euros, ao Fundo Florestal Permanente e na altura o Senhor Presidente disse que não via interesse nisso, e agora vemos que temos aqui um contrato no valor de 22 mil euros; julgo que o apoio dos 10 mil euros neste contexto teria sido relevante.”-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

19 – Para conhecimento - Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 1 de Novembro de 2019 e 31 de Janeiro de 2020, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redacção (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Presente a informação INF/DAGF/49, datada de 10/02/2020, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

20 – Para conhecimento - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

-----Presente o Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2019 a 31/12/2019 e 01/01/2020 a 31/01/2020, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “uma vez que nos próximos meses o edifício dos Paços do Concelho vai entrar em obras, necessariamente as sessões da Assembleia Municipal também não decorrerão neste edifício, seria talvez a oportunidade, já conversei sobre isso com o senhor Presidente da Câmara, de podermos seguir a sugestão que foi feita por alguns elementos desta Assembleia, de poder fazer as Assembleias Municipais descentralizadas. Não gostaria de terminar esta sessão sem colher a vossa opinião



Assembleia Municipal

sobre esta possibilidade, pois parece-me que é uma boa oportunidade para o podermos fazer.”-----

-----O senhor deputado **Miguel Pinheiro** referiu que “estamos totalmente de acordo, Senhor Presidente.”-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram doze horas e quarenta e cinco minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

